



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL Complexo Rio  
Madeira Edifício Central – Rio Pacaás Novos 2º Andar Porto velho, Rondônia.  
EQUIPE SIGMA

255 DOE N. 27



**DIÁRIO**  
**OFICIAL**  
Estado de Rondônia

PORTO VELHO, 09.02.2018

**SUPEL**

Portaria nº 14/2018/SUPEL-CI

O SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais previstas no art. 17, VIII do Decreto Estadual nº 8.978, de 31 de Janeiro de 2000;

**R E S O L V E:**

Art. 1º Designar a Equipe de Licitação ALFA:

**I – PREGOEIRA:**

a) VANESSA DUARTE EMENERGILDO;

**II - MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:**

a) RIVELINO MORAES DA FONSECA;

Art. 2º Fica designado como Pregoeiro Substituto o membro RIVELINO MORAES DA FONSECA, que desempenhará atividade nas ausências e impedimentos do titular.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º De-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL  
Superintendente/SUPEL

Portaria nº 15/2018/SUPEL-CI

O SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais previstas no art. 17, VIII do Decreto Estadual nº 8.978, de 31 de Janeiro de 2000;

**R E S O L V E:**

Art. 1º Designar a Equipe de Licitação BETA:

**I – PREGOEIRA:**

a) GRAZIELA GENOVEVA KETES;

**II - MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:**

a) ANA VIANA DE SOUZA;  
b) NADIANE DA COSTA LAIA;

Art. 2º Fica designado como Pregoeiro Substituto a servidora ANA VIANA DE SOUZA, que desempenhará atividade nas ausências e impedimentos do titular.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º De-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL  
Superintendente/SUPEL-RO

Portaria nº 16/2018/SUPEL-CI

O SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais previstas no art. 17, VIII do Decreto Estadual nº 8.978, de 31 de Janeiro de 2000;

**R E S O L V E:**

Art. 1º Designar a Equipe de Licitação GAMA:

**I – PREGOEIRO:**

a) ROGÉRIO PEREIRA SANTANA;

**II - MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:**

a) JOSINEIDE BARBOSA LEITE ANASTÁCIO FERREIRA;  
c) MAIZA BRAGA BARBETO;

Art. 2º Fica designada como Pregoeira Substituta a servidora MAIZA BRAGA BARBETO, que desempenhará as atividades nas ausências e impedimentos do titular.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º De-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL  
Superintendente/SUPEL

Portaria nº 17/2018/SUPEL-CI

O SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais previstas no art. 17, VIII do Decreto Estadual nº 8.978, de 31 de Janeiro de 2000;

**R E S O L V E:**

Art. 1º Designar a Equipe de Licitação DELTA:

**I – PREGOEIRO:**

a) JADER CHAPLIN BERNARDO DE OLIVEIRA;

**II - MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:**

a) EDUARDO SALVATIERRA DA SILVA OLIVEIRA;  
b) JESSICA BAZAN PADILHA GRACILIANO;  
c) IVANIR BARREIRA DE JESUS;

Art. 2º Fica designado como Pregoeiro Substituto o membro EDUARDO SALVATIERRA DA SILVA OLIVEIRA, que desempenhará a atividade nas ausências e impedimentos do titular.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º De-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL  
Superintendente/SUPEL

Portaria nº 18/2018/SUPEL-CI

O SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais previstas no art. 17, VIII do Decreto Estadual nº 8.978, de 31 de Janeiro de 2000;

**R E S O L V E:**

Art. 1º Designar a Equipe de Licitação SIGMA:

**I – PREGOEIRA:**

a) NILSEIA KETES;

**II - MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:**

a) JENILSON REIS DE AZEVEDO;  
b) MARINA DIAS MORAES TAUFMANN;  
c) ROGER MARTINS CARDOSO;

Art. 2º Fica designado como Pregoeiro Substituto a membro MARINA DIAS MORAES TAUFMANN, que desempenhará atividade nas ausências e impedimentos do titular.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º De-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL  
Superintendente/SUPEL



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL Complexo Rio  
Madeira Edifício Central – Rio Pacaás Novos 2º Andar Porto velho, Rondônia.  
EQUIPE SIGMA

---

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**Nº. 117/2018/SIGMA/SUPEL/RO**

*S*  
*U*  
*P*  
*E*  
*L*

**AVISO**

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

**Dúvidas: (69) 3212-9265 ou 3212-9268**

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 117/2018/SIGMA/SUPEL/RO**

**COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E EQUIPARADAS A ME/EPP BEM COMO APLICAÇÃO DO DECRETO 21.675/2017 (REGIONALIZAÇÃO) NOS LOTES/ITENS DEFINIDOS NESTE EDITAL E LOTES/ITENS COM AMPLA CONCORRÊNCIA.**

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS****1.1. PREÂMBULO:**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na **Portaria Nº 018/GAB/SUPEL/2018, publicada no DOE no dia 09 de fevereiro de 2018**, torna público que se encontra autorizada, a realização da licitação do **Processo Administrativo Nº. 0036.001877/2017-67** na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o **Nº.117/2018/SIGMA/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, com o Decreto Estadual nº. 12.205/06, com a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão, Lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações, Lei Estadual 2.414 de 18/02/2011, Decreto Estadual 16.089/11, **Decreto Estadual nº 21.675/17** e demais legislações vigentes pertinentes ao objeto, tendo como interessada a **Secretaria de Estado da Saúde**.

**1.1.1.** A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atua como **Órgão provedor do Sistema Eletrônico**.

**1.1.2.** Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

**1.1.3.** A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

**DATA DE ABERTURA:** **22/05/2018**

**HORÁRIO:** **09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br);

**1.1.3.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**1.1.3.2.** Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

**2. DO OBJETO, LOCAIS, PRAZOS, GARANTIA/VALIDADE E RECEBIMENTO**

**2.1.** Aquisição de material permanente (equipamentos, mobiliário, equipamentos de informática e outros artigos hospitalares - **mamógrafo digital, impressora dry de filmes radiológicos, lanterna clínica, projeto oftalmológico, fotóforo, lâmpada de fenda, longarina, impressora laser entre outros**) visando atender as necessidades do Hospital Regional de Cacoal - HRC, de acordo com os critérios pré-estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

2.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMAT, RELAÇÃO DE ITENS do sistema, e as especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência** deste Edital prevalecerão às últimas.

2.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 2.2.1. ANEXO I - Termo de Referência(TR)
- 2.2.2. ANEXO II – Quadro estimativo de preços
- 2.2.3. ANEXO III – Modelo de carta proposta
- 2.2.4. ANEXO IV- Modelo de Atestado de Capacidade Técnica
- 2.2.5. ANEXO V – Modelo da Minuta do Contrato

### **2.3. DO LOCAL DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E DO TREINAMENTO:**

**2.3.1. Local e horário de entrega:** conforme o **item 4.1.1 do Anexo I do edital – TR;**

**2.3.1.1. Local de instalação:** conforme o **item 4.1.2 do Anexo I do edital – TR.**

**2.3.1.1.1 Treinamento técnico:** conforme o **item 4.1.3 do Anexo I do edital – TR.**

### **2.4. DO PRAZO DE ENTREGA:**

**2.4.1.** Conforme o **item 4.2 do Anexo I do edital – TR.**

### **2.5. DA GARANTIA:**

**2.5.1.** Conforme o **item 2.3 e seus subitens do Anexo I do edital – TR;**

### **2.6. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**2.6.1.** Conforme o **item 10 e seus subitens do Anexo I do edital – TR;**

### **2.7 DO RECEBIMENTO:**

**2.7.1.** Conforme o **item 4.3 e seus subitens do Anexo I do edital – TR;**

## **3. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

3.1. Até 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa física ou jurídica poderá **impugnar** o instrumento convocatório deste Pregão Eletrônico, conforme art. 18 § 1º e § 2º do decreto Estadual nº 12.205/06.

3.1.1. Caberá a Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.2. Os pedidos de **esclarecimentos**, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas devem ser enviados a Pregoeira até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

3.3. As **impugnações** e ou pedidos de **esclarecimentos** deverão ser encaminhados **preferencialmente** via e-mail: [sigma.supel@gmail.com](mailto:sigma.supel@gmail.com) e deverá ser confirmado o recebimento pela Pregoeira ou ainda, **poderá** ser

protocolado junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h:30min. às 13h:30min., de segunda-feira a sexta-feira, sito ao Centro Político Administrativo Palácio Rio Madeira – Edifício Central – Rio Pacaás no 2º piso, Avenida Farquar – Bairro: Pedrinhas, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470, Telefone: (0XX) 69.3212-9265 ou 3212-9268.

3.3.1. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

3.4. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de **aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos**, às licitantes que tenham adquirido o Edital.

## **4.DA PARTICIPAÇÃO**

### **4.1. Poderão Participar desta Licitação:**

4.1.1. Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto desta Licitação **e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação para habilitação, constantes do Edital e seus anexos.**

4.1.2. Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

4.1.2.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a **SUPEL – Superintendência Estadual de Compras** responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.1.4. Para os Lotes/Itens: 35 a 50,** poderão participar desta Licitação **apenas** Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP e empresas equiparadas a ME/EPP, face ao art. 48, I da Lei Complementar nº. 147/2014 e o art. 6º. do Decreto Estadual nº. 21.675/2017, observando o que dispõe o subitem **9.14.1** deste edital.

### **4.2. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:**

4.2.1. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

#### **4.2.2. Apresentem- se constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;**

4.2.2.1. A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequenos vultos, não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

4.2.2.2. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, art. 33 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade;

4.2.3. Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

4.2.4. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

### **4.3. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**

4.3.1. Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.3.2. É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, bem como procurador/representante da empresa, em conformidade com o artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.

## **5 - DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014 E DO DECRETO FEDERAL Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007 E DECRETO ESTADUAL Nº 21.675, DE 2017.**

5.1 No ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverá declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.2 Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

5.2.1 No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

5.2.2 No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a **R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).**

5.3 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguintes da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.3.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;



5.3.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.3.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

5.3.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

5.3.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.3.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.3.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.3.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.3.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

5.3.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.3.10. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.4 O Sistema verificará automaticamente junto a Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

5.5 A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

## **6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇOTOTAL POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

## **7. DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO**

7.1. O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.1.1. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto Nº 12.205/06), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de

quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art 13, Decreto nº 12.205/06).

7.2. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

7.3. O licitante deverá **declarar**, em campo próprio do sistema eletrônico, **que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.**

7.4. O licitante deverá **declarar**, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, **que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.**

7.5. O licitante **deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006**, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

7.7. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.8. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

7.9. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

## **8. DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA(S) LICITANTE(S) CONVOCADOS PELA PREGOEIRA:**

**8.1. Após a fase de lances e antes de negociar, atualizar e realizar a ACEITAÇÃO dos itens, de acordo com os lances ofertados, a Pregoeira:**

**8.1.1. Convocará todas as empresas licitantes que estejam com as propostas dentro do valor estimado para contratação, para enviar a PROPOSTA DE PREÇOS, com o item devidamente atualizado do lance ofertado, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DO PRAZO ESTIPULADO;**

8.1.2. Para envio do anexo da proposta as empresas convocadas deverão observar o seguinte:

8.1.2.1. Quando convocado pela Pregoeira o licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a proposta e todos os documentos exigidos no item 8.2 e subitens.

8.1.2.2. Tendo as licitantes dificuldades em anexar no sistema poderá a proposta e documentação exigida no item 8.2 e subitens ser enviada via e-mail, [sigma.supel@gmail.com](mailto:sigma.supel@gmail.com) **somente se autorizado pela Pregoeira.**

8.1.2.2.1. Para cumprimento do item 8.1.2.2 as licitantes deverão entrar em contato com a Pregoeira através do telefone 69-3212-9268 e sendo autorizado ou não o envio via e-mail a Pregoeira deverá comunicar expressamente no chat de mensagens para conhecimento dos demais participantes.



8.1.3. O prazo máximo para o envio das propostas de acordo com os itens acima deverá ser de até 120 (cento e vinte) minutos se a Pregoeira não conceder outro prazo no chat de mensagens quando da convocação.

8.1.4. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS, SOLICITADA no subitem 8.1.1 , DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE O ART. 7º DA LEI Nº. 10.520/02.

8.1.4.1. A PREGOEIRA PODERÁ DISPONIBILIZAR O CAMPO ANEXO SOMENTE DE 01 (UM) ÚNICO ITEM PARA ANEXO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA COMPRASNET, ONDE TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

## **8.2.As propostas de preços ANEXADAS AO SISTEMA QUANDO CONVOCADAS deverão conter:**

8.2.1. Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data apresentação da sua proposta de preços;

8.2.2. Indicação expressa da marca/fabricante do produto ofertado;

8.2.3. As empresas participantes deverão apresentar juntamente com sua proposta a Prova de Registro ou Notificação na ANVISA/Ministério da Saúde conforme item 13.4 do TR, em nome da licitante ou em nome de quem o registro foi emitido nas formas a dos Produtos seguir:

a) Cópia do **CERTIFICADO DE REGISTRO na ANVISA** do produto, observado seu prazo de validade OU;

b) Informação do número do **CERTIFICADO DE REGISTRO na ANVISA** para consulta e impressão do mesmo;

8.2.3.1. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.

8.2.3.2. O licitante que cotar material ISENTO ou que não seja classificado pelo Ministério da Saúde, deverá informar na sua proposta tal informação, ficando sujeito às sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração.

8.2.4. Apresentação de “FOLDERS”/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS, CATÁLOGOS/MANUAL EM PORTUGUÊS dos produtos ofertados OU ENDEREÇO ELETRÔNICO COM O LINK, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens, conforme item 13.3 do TR.

8.2.4.1.1. Caso as licitantes não cumpram a exigência do subitem 8.2.4. (referente aos catálogos/folders) as propostas não serão desclassificadas de imediato.

8.2.4.1.2 Ficará a cargo de diligência ou solicitação, a pesquisa do produto ofertado nos sítios oficiais das marcas/fabricantes. Desta forma, torna-se imprescindível que conste na proposta todas as informações que possibilitem esta avaliação (marca/modelo/fabricante etc).

8.2.4.1.3 Caso as informações incluídas na proposta não sejam suficientes para avaliação técnica, poderá a equipe de avaliação e/ou equipe de licitação (Pregoeira) solicitar então, o envio dos folders/catálogos para complementação da análise.

8.2.5. As propostas devem conter as especificações do **objeto** de forma clara, descrevendo detalhadamente as **características técnicas**, sendo vedada à omissão ou o uso de expressões como: “REFERÊNCIA”, OU “CONFORME NOSSA DISPONIBILIDADE DE ESTOQUE”, “SOB CONSULTA” E “CONFORME EDITAL”, constando os quantitativos, valores unitários e totais, bem como a **marca**, conforme modelo contido no **ANEXO III – MODELO DE CARTA PROPOSTA**;

8.2.6. Preço unitário e total de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece o inciso IV, do art. 43, da Lei Federal nº. 8.666/93, expresso em moeda corrente nacional (R\$), **com no máximo 02 (duas) casas decimais, sendo desconsideradas as frações de centavos. Ex: 0,0123, será empenhado 0,01**

**8.2.6.1 Para cumprimento do item acima as licitantes que não encaminharem as propostas com os valores unitários adequados de forma a não fracionar o unitário terão os itens ajustados quando da aceitação da proposta pela Pregoeira. Ex: 0,057 – Será aceito 0,05 e não 0,06.**

8.2.7. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

8.2.7.1. O licitante deverá incluir no preço do produto ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS, considerando para todos os efeitos fiscais, que o Governo do Estado de Rondônia é consumidor final.

8.2.8. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada;

8.2.9. Serão considerados inadequados, desta forma DESCLASSIFICADOS, preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas;

8.2.10. A proposta de preços enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

8.2.11. A Pregoeira poderá submeter a documentação apresentada pelos participantes a uma equipe técnica do setor solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos ofertados, podendo ainda solicitar parecer técnico de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

## **9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP (para os Lotes/Itens sem participação exclusiva) E CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

9.1.A abertura e o fechamento da fase de lances “via Internet” será feita pela Pregoeira, a qual é responsável somente pelo prazo iminente, sendo o Sistema Comprasnet, responsável pelo fechamento do prazo aleatório.

9.2. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

9.3. A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

9.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

9.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

9.6. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, a Pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

9.6.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do ITEM;

9.6.2. O proponente que encaminhar o lance com valor manifestamente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta DESCLASSIFICADA na fase de aceitabilidade;

9.7. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

9.7.1. A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

9.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

9.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances de 01 (um) a 60 (sessenta) minutos, determinado pela Pregoeira, de acordo com a comunicação às licitantes, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico. Decorrido o tempo de iminência, os ITENS entrará no horário de encerramento aleatório do sistema, no prazo máximo de até 30 (trinta) minutos, determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual o ITENS estará automaticamente encerrado, não sendo mais possível reabri-lo;

9.8.1. Caso o Sistema não emita o aviso de fechamento iminente, a Pregoeira se responsabilizará pelo aviso de encerramento às Licitantes observados o mesmo tempo de 01 (um) a 60 (sessenta) minutos.

9.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

9.10. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

9.11. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina o Decreto Estadual 21.675/2017.

9.12. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais depois de encerrada a etapa de lances;

**9.13. Para os Lotes/Itens que NÃO são foram definidos como exclusivos para Microempresas – Me, Empresas de Pequeno Porte – EPP e empresas equiparadas a ME/EPP, após o encerramento da**

etapa de lances, o sistema automaticamente verificará se há empate entre as licitantes, sendo em seguida convocadas automaticamente as licitantes que em campo próprio do sistema declararam que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

9.14. Para efeito do disposto no item 9.12, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.14.1 No caso de equivalência dos valores apresentados por ME e EPP será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017/RO.

9.14.2 Em igualdade de condições, após obedecido o disposto no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas.

9.14.3. A análise, o cálculo e a classificação das ME e EPP sediadas local ou regionalmente, será realizada pela Pregoeira através do chat, uma vez que o sistema Comprasnet ainda não dispõe de plataforma atualizada que atenda o disposto no subitem 9.14.1. deste Edital.

9.15. Será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8666/93).
- d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

## 10. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. Concluída a análise das propostas e preços PODERÁ haver negociações nos valores propostos através do CHAT MENSAGEM do sistema comprasnet, devendo a Pregoeira examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

10.1.1. Se a proposta de preços não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

10.1.1.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

10.2. A Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico através do “chat”, contraproposta diretamente à Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre a sua aceitação.

10.2.1. Serão realizadas, sem interrupções, tantas rodadas de negociação forem necessárias para obtenção do melhor preço para a administração através do “chat mensagem” do sistema, podendo a Pregoeira determinar ao representante, prazo máximo de 05 (cinco) minutos para resposta do chat, sendo que este tempo poderá ser concedido quantas vezes for necessário ou até que se esgotem as ofertas por parte da Licitante.

10.2.2. O Representante que quando convocado no “chat mensagem” não se manifestar, ou não estiver logado no sistema, será automaticamente desclassificado caso o valor final do lance para o item esteja acima do estimado nos autos, podendo a Pregoeira convocar a empresa remanescente conforme ordem de classificação, se assim entender.

10.3. Após a negociação do preço, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação aos valores aceitáveis para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das exigências contidas no item 7.2 e subitens, termo de referência e legislação pertinente ao objeto. Estando às propostas em conformidade será realizada a aceitação da proposta.

10.3.1. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4 A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério da Pregoeira que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

## **11. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO**

11.1. Concluída a fase de **ACEITAÇÃO** das propostas, ocorrerá a fase de envio do anexo da **habilitação**, da seguinte forma:

11.1.1. Quando convocado pela Pregoeira o licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a **documentação de habilitação** exigida nos termos seguintes;

11.1.1.1. Tendo as licitantes dificuldades em anexar no sistema **poderá** a documentação exigida no item **10.2** e subitens ser enviada via e-mail alternativo [sigma.supel@gmail.com](mailto:sigma.supel@gmail.com) **somente se autorizado pela Pregoeira.**

11.1.1.1.1. Para cumprimento do item 10.1.1.1 as licitantes deverão entrar em contato com a Pregoeira através do telefone 69-3212-9268 e sendo autorizado ou não o envio via e-mail a Pregoeira deverá comunicar expressamente no *chat de mensagens* para conhecimento dos demais participantes.

11.1.2. O prazo máximo para o envio das propostas de acordo com os itens acima deverá ser de até **120 (cento e vinte) minutos se outro prazo não for concedido pela Pregoeira no chat de mensagens.**

**11.1.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.**

**11.1.4. O ENVIO DE TODA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE O ART. 7º DA LEI Nº. 10.520/02.**

11.2. Será realizada consulta no site oficial do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), bem como no SICAF, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sido proibidas de licitar e contratar com a Administração Pública, por determinação do TCE/RO, conforme Decisão Monocrática nº 119/2014/GCVCS/TCE/RO, com vistas a não adjudicar e homologar certames a empresas inidôneas, sob penas de incidirem das disposições e penalidades prevista no art. 55, IV, da Lei Complementar nº 154/96;

11.2.2A verificação pela Pregoeira nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

## **11.3. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

Centro Político Administrativo Palácio Rio Madeira – Edifício Pacaás Novos(edifício central), no 2º piso, Avenida Farquar – Bairro: Pedrinhas, em Porto Velho/ROCEP: 76.801-470, Telefone: (0XX) 69.3212-9265 ou 69.3212-9268 e-mail: [sigma.supel@gmail.com](mailto:sigma.supel@gmail.com)



11.3.1. A documentação de habilitação da Licitante poderá ser substituída pelo **SICAF** e/ou **Certificado de Registro Cadastral - CRC**, expedido pela **Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO**, nos documentos por eles abrangidos.

#### **11.3.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a) Certidão de Regularidade Perante a Fazenda Federal**(da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), conjunta com a **Certidão de Regularidade de Débito - CND** relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo **INSS - Instituto Nacional do Seguro Social**, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**b) Certidão de Regularidade Perante a Fazenda Estadual**, expedida na sede ou domicílio do licitante, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**c) Certidão de Regularidade Perante a Fazenda Municipal**, expedida na sede ou domicílio do licitante, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**d) Certificado de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**e) Certidão de Regularidade de Débito Trabalhista – CNDT** relativa a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011, Art. 642-A) Certidão expedida gratuita e eletronicamente, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**11.3.2.1.** A Administração Pública Estadual não poderá proibir a participação das ME's e EPP's dos certames licitatórios por falta de regularidade fiscal e trabalhista, em conformidade com o disposto Decreto Estadual nº 21.675/17, art. 4º.

**11.3.2.2** As empresas participantes (microempresas e empresas de pequeno porte) **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

**11.3.3.2.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, a critério da Administração desde que requerida pelo licitante mediante justificativa, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame, observado o disposto no artigo 110, da Lei de Licitações 8.666/93.

**11.3.2.2.A** não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 11.3.2.2.1 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, desde que motivada.

11.3.3. As certidões, que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pela Pregoeira, se emitidas nos últimos **60 (sessenta) dias corridos**.

11.3.4. A Pregoeira poderá solicitar a qualquer tempo complementação dos documentos contemplados pelo SICAF.



#### 11.4. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

**a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, com todas as suas alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

a1) Em caso de empresa individual deverá ser apresentado cédula de identidade acompanhada do Registro Comercial.

a2) Em caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País deverá ser apresentado o Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

a3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

11.4.1. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário a apresentação da cópia de sua cédula de identidade e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular lances, negociar preços, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, bem como praticar os demais atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

11.4.2. Fazendo-se representar a Licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, este deverá apresentar cópia de sua cédula de identidade e cópia do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem como representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

b1) Poderá ser emitida pela comissão de licitação via internet.

#### 11.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

**a) Certidão (ões) Negativa (s) de Recuperação Judicial**(falências/concordatas) – Lei nº 11.101/05 expedida (s) pelo (s) distribuidor (es) de sua sede, expedida nos últimos **90 (noventa) dias, caso não conste prazo de validade no documento.**

a1) Não contemplada pelo SICAF, somente pelo CRC-SUPEL, deverá ser encaminhado quando convocado pela Pregoeira se acaso a licitante não tiver cadastro atualizado na SUPEL/RO.

a2) A Pregoeira poderá emitir via *online* caso as licitantes deixem de apresentar **e desde que o sistema do Poder Judiciário pertinente esteja funcionando e a emissão seja gratuita;**

**11.6. Documento de Habilitação que não é contemplada nem pelo SISTEMA DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES - SICAF, e nem pelo CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DA SUPEL – CRC, o qual deverá ser anexado em campo próprio do sistema Comprasnet quando da convocação pela Pregoeira:**

#### 11.6.1. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação de pelo menos um atestado(os) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características e quantidade com o objeto da licitação, conforme delimitado abaixo:

**a.1.** Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, contempla entrega de produtos condizentes com o objeto desta licitação.

**a.2.** Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma comprove que a empresa licitante entregou no mínimo 30% (trinta por cento) dos itens em que a empresa apresentar proposta.

**a.3.** O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor.

**a.4.** Sendo o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito privado dever ter firma do emitente reconhecida em cartório competente; o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente. (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017)

**a.5.** E, na ausência dos dados indicados acima em especial do reconhecimento de firma em cartório competente, antecipa-se a diligência prevista no art. 43, § 3º da Lei Federal 8.666/93 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam: notas fiscais de compra e venda, cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

11.7. Caso a licitante esteja com alguma Documentação de Habilitação desatualizada, ou não contemplada no CADASTRO DA SUPEL e/ou no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, a mesma deverá ser enviada através do link “enviar anexo” via sistema comprasnet quando convocado ou enviada via e-mail alternativo [sigma.supel@gmail.com](mailto:sigma.supel@gmail.com) **se autorizado pela Pregoeira no prazo de 120 (cento e vinte) minutos.**

11.8. O julgamento da Documentação de Habilitação dar-se-á pelo estabelecido no **item 11 e seus subitens**;

11.9. O não atendimento das exigências do **item 11** e seus subitens ensejarão à Licitante, as sanções previstas neste Edital e nas normas que regem este Pregão.

11.10. Serão analisadas pela Pregoeira, Equipe de Apoio e equipe técnica se for o caso, a documentação de habilitação e sua conformidade com o solicitado no **item 11 e seus subitens** do edital de licitação. Após, será realizada a **HABILITAÇÃO**;

11.11. Se a documentação de habilitação não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, observados os critérios de desempate estabelecido no **item 9.12**, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital, e, assim, efetuar a habilitação da proponente, divulgando **HABILITADO**.

11.12. A habilitação da Licitante poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério da Pregoeira que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

**11.13 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos**

---

**documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;**

## **12 – DOS RECURSOS**

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

12.1.1. A manifestação de intenção de recorrer deverá ser em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

12.2. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos autos insuscetíveis de aproveitamento;

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

12.4. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12.5 A decisão da Pregoeira e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira.

12.6. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, sito ao Centro Político Administrativo Palácio Rio Madeira – Edifício Central – Rio Pacaás Novos no 2º piso, Avenida Farquar – Bairro: Pedrinhas, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470, Telefone: (0XX) 69.3212-9265 ou 3212-9268 de segunda a sexta-feira, das 07h:30min às 13h:30min.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

## **14. DO PAGAMENTO**

**14.1. Conforme o item 5. e seus subitens do Anexo I do edital – TR.**

## **15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto do certame correrão por conta dos recursos consignados na **Fonte de Recurso: 3209, Programa de atividade: 1615, Elemento de Despesa: 44.90.52.**

## **16 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

16.1. A empresa adjudicatária deverá comparecer para retirar Nota de Empenho e assinar contrato no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação.

16.2. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a retirar o Nota de Empenho e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, e a **Secretaria de Estado da Saúde**, convocará outra Licitante classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados o disposto no artigo 7º da mesma lei.

16.3. Como condição para retirada da nota de empenho/assinatura do contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

16.4. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor da **Secretaria de Estado da Saúde**, designado como Representante que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas, para fins de pagamento.

16.5. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Instrumento Contratual a ser firmado, independentemente de transcrição.

## **17– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**17.1. Conforme o subitem 9.2. e seus subitens do Anexo I do edital – TR;**

## **18– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**18.1. Conforme o subitem 9.1. e seus subitens do Anexo I do edital – TR;**

## **19 – DAS SANÇÕES**

**19.1. Conforme o item 8. e seus subitens do Anexo I do edital – TR;**

## **20 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

20.1. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

## **21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse da **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL/RO** e da **Secretaria de Estado da Saúde**, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Decreto nº. 12.205/2006.

21.2. A Pregoeira ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

21.3. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.4. Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas no art. 7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002 c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo pregoeiro.

21.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

21.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

21.7. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

21.8. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da **Secretaria de Estado da Saúde** finalidade e a segurança da contratação.

21.9. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

21.10. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

21.11. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

21.12. Aos casos omissos, serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº. 12.205, de 02.06.2006, e subsidiariamente, na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06.

21.13. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

21.14. É vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da empresa vencedora, conforme item 12.do Termo de Referência.

## **22 – DO FORO**

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Porto Velho/RO, 27 de abril de 2018.**

**NILSEIA KETES COSTA**  
**Pregoeira Equipe SIGMA/SUPEL/RO**  
**Mat. 300061141**



---

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

**1.1. Unidade Orçamentária:** Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia - SESAU/RO

**1.2. Requisitante:** Hospital Regional de Cacoal - HRC

#### 2. DO OBJETO

Aquisição de **Material Permanente** (*Equipamentos e Mobiliários Hospitalares, Equipamentos de Informática e Outros Artigos Hospitalares*) através de recursos advindos de **Emenda Parlamentar**, visando atender as necessidades do **Hospital Regional de Cacoal - HRC**, de acordo com os critérios pré-estabelecidos pelo Ministério da Saúde referente à **proposta nº 00733.062000/1160-06**.

##### 2.1. Da Especificação Técnica/Quantidade Estimada do Objeto:

2.1.1 O objeto da pretensa aquisição deverá estar em total conformidade com as especificações e quantidades constantes no **Anexo I** deste Termo de Referência.

##### 2.2. Justificativa quanto ao Quantitativo:

2.2.1. A quantidade dos materiais permanentes e a justificativa para a pretendida aquisição foi baseada na Proposta nº 00733.062000/1160-06 do Ministério da Saúde - MS, decorrente da Emenda Parlamentar nº 34990002.

2.2.2. Os motivos para contratação do objeto em referência, que justificam o quantitativo solicitado estão descritos no “**item 3. Justificativa**” do presente termo de referência.

##### 2.3. Garantia:

2.3.1. Garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos (vícios redibitórios) no que diz respeito às falhas ou defeitos ocultos existentes no objeto, passível de o tornarem impróprio ao uso a que se destina ou lhe diminuir sensivelmente o valor, de tal modo que o ato negocial não se realizaria se esses defeitos fossem conhecidos.

2.3.2. O prazo para substituição das peças danificadas que estejam dentro do prazo de garantia será de até 7 (sete) dias.

2.3.3. O início da contagem do período de garantia dar-se-á após o recebimento definitivo do objeto.

2.3.4. A empresa deverá fornecer certificados de garantia, em português, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal;

2.3.5. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

#### 3. DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO é composta por uma estrutura de proporções significativas que envolvem Gerências Administrativas, Gerências Regionais e Unidades de Saúde, sendo estas hospitalares, ambulatoriais e laboratoriais.

O Hospital Regional de Cacoal – HRC, unidade pertencente à Gestão Estadual, foi implantada em 2010 no 2º pólo de saúde do Estado, com a finalidade de execução do serviço de Assistência de Alta Complexidade do SUS no interior do Estado.

Conforme a Portaria nº 278, de 04 de Abril de 2014, o HRC foi habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON.

Habilitado como UNACON, possui programas de residência médica em cirurgia geral, pediatria, clínica médica e programa de residência em cirurgia bucomaxilofacial com bolsa do MEC, e ainda integra



a rede de urgência e emergência do Estado como referência para as portas de entrada de 04 regiões de saúde. Que permitiu a contratação de recursos humanos adequados a área de oncologia com cirurgião de cabeça e pescoço, urologia, oncologista clínico, radioterapeuta, ginecologista, cirurgião torácico e dois mastologistas.

Com isso, se faz necessário a ampliação do serviço com instalação de mamógrafo, inexistente na região de saúde, assim como aparelho para exames de raio x com qualidade digital para permitir a agilidade nos exames e economicidade com implantação de rede para os ambulatórios.

Ponderando a Portaria nº 1.631/2015 que estabelece parâmetros para o número de consultas e exames especializados e formula para calcular o número de equipamentos necessários para atingir a meta de consultas e exames, contudo o número médio mensal de consultas especializadas oferecidas pelo HRC é muito inferior aos parâmetros estabelecidos pela referida portaria.

Ante o estabelecido pela portaria supracitada, justifica-se a ampliação de serviços com a implantação de um ambulatório de especialidades com área de recepção de pacientes, 05 (cinco) consultórios diferenciados para oftalmologia, cardiologia, otorrinolaringologia, ginecologia cirúrgica e neurocirurgia e, 20 (vinte) consultórios indiferenciados, bem como a ampliação de oferta de cirurgias de alta complexidade em centro cirúrgico com a aquisição de equipamentos como arco cirúrgico, fóstóforos, carros de emergência, bisturis elétricos e foco cirúrgico de teto com câmera de vídeo para utilização nas cirurgias dos programas de residência implantados no HRC.

Considerando a **Proposta nº 00733.062000/1160-06** do Ministério da Saúde com **Parecer Técnico "FAVORÁVEL"**, obtido a partir da análise técnico-econômica realizada em 25 de Abril de 2016, que versa sobre a aquisição de equipamentos e materiais hospitalares permanentes para fins de atender as necessidades do Hospital Regional de Cacoal - HRC, com recursos advindos de emenda parlamentar.

A Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO por meio deste processo administrativo visa à ampliação dos serviços prestados a população, tendo em vista a demanda reprimida da população das regiões de saúde que compõem o 2º pólo de saúde do Estado e demais regiões atendidas pelo Hospital Regional de Cacoal - HRC.

Sendo assim, necessário aumentar o quantitativo dos equipamentos e materiais permanentes, os quais compõem uma estratégia de apoio administrativo e funcional ao fluxo de atividades na prestação de saúde pública no Estado de Rondônia.

Diante do exposto, conclui-se a imprescindibilidade da SESAU adquirir os equipamentos e materiais permanentes em referência neste termo, incluindo os serviços de instalação completa e treinamento, para os que forem necessário, considerando que no serviço seja contemplado a montagem dos equipamentos.

A Lei 8.666/93 explicita em seu artigo 15, I, primeira parte, ser **imperativo atender ao princípio da padronização, que determina que, sempre que possível**, as aquisições deverão utilizar-se de padrões previamente fixados (estanders), chegando, inclusive, em muitos casos, à autorização da própria marca, tudo pautado na mais lúdima consciência do interesse público.

O investimento em infra-estrutura, trazem a melhora no atendimento e na assistência, por isso os mobiliários hospitalares a serem adquiridos são itens indispensáveis para que a prestação dos serviços de saúde seja feita embasada na continuidade, na eficiência e na eficácia, devendo atender padrões de qualidade aceitáveis. Assim, face ao princípio da legalidade, **a regra é a padronização**, e, só em caso de patente impossibilidade é que se deve optar pela não “estandarização” ou marca, conforme ensina o jurista Diógenes Gasparini:

[...] em síntese, cabe a Administração Pública, sempre que possível, adotar o estander, o modelo, dentre os vários bens similares encontráveis no mercado, ou criar o seu próprio padrão, inconfundível com qualquer outro existente no comércio. Na primeira hipótese, acolherá, conforme o bem, uma marca (bens imóveis), uma raça (animais), um tipo (alimento), por exemplo. Na segunda hipótese, indicará como deve ser o bem desejado [...] (GASPARINI, 2001, p. 379).

Considerando as prerrogativas acima descritas, que **justificam** a necessidade de aquisição do objeto em tela, para atender ao Hospital Regional de Cacoal - HRC, nas descrições e quantidades estabelecidas no **Anexo I** deste Termo de Referência.

Ponderando a existência da previsão orçamentária para tal feito, encaminhamos o presente termo de referência para subsidiar a pleiteada aquisição.

---

## 4. DA ENTREGA E INSTALAÇÃO

### 4.1. Local/ Horários:

4.1.1. O objeto deverá ser entregue na **Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio – CAP/SESAU** (Almoxarifado Central da Secretaria Estadual de Saúde), Avenida Rio Madeira, 603, Bairro Lagoa – Porto Velho/RO, Telefone: (69) 3216-2203, no horário de funcionamento: Segunda-Feira a Sexta-Feira das 7h30min às 13h30min, para conferência, tombamento e emissão de cessão de uso. Após os procedimentos, a **CAP** entregará os equipamentos e materiais no endereço mencionado no "Subitem **4.5. Local de Destinação e Utilização dos Bens**", no qual a empresa vencedora continuará com a instalação e treinamento, em consonância com o Termo de Referência.

4.1.2. Os equipamentos referentes aos itens: 01, 02, 03, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 31, 32, e 33 do **Anexo I**, deverão ser **instalados** no Hospital Regional de Cacoal - HRC, Avenida Malaquita, nº 3.581 - Bairro Josino Brito, CEP 76.960-970, Cacoal/RO, Telefone: (69) 3443-4612 e 3441-6155, conforme o "Subitem **4.5. Local de Destinação e Utilização dos Bens**". A empresa deverá ser responsável por toda infra-estrutura (elétrica/civil/mecânica) necessária para a perfeita instalação dos equipamentos bem como o seu funcionamento. Incluindo os materiais como fios elétricos, quadros, disjuntores, tubos, eletrodutos entre outros. **É ideal que a empresa realize uma vistoria do local de instalação, para estimativa de custos.**

4.1.3. A licitante vencedora deverá agendar junto a Direção do Complexo Hospitalar Regional de Cacoal - COHREC, dia e horário para a instalação e **treinamento da equipe**, pelos telefones (69) 3443-4612 e 3441-6155.

4.1.4. A empresa vencedora deverá oferecer treinamento de operação e manuseio dos equipamentos e demais serviços inerentes à atividade, referente aos itens: 01, 02, 03, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 31, 32, e 33 do **Anexo I**, sem qualquer ônus para a Administração.

### 4.2. Prazos/Cronogramas:

4.2.1. A entrega deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após emissão da Nota de Empenho.

### 4.3. Do recebimento:

4.3.1. Será realizado pela Comissão de Recebimento da Coordenação Geral de Controle de Material e Patrimônio (Almoxarifado Central da Secretaria Estadual de Saúde) conforme artigo 73, inciso II, alíneas "a" e "b" e artigo 2º, Lei Federal 8.666/93:

**a) Provisoriamente:** imediatamente depois de efetuada a entrega, no prazo de até 10 (dez) dias para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações. O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo apostado na nota fiscal quando da sua entrega;

**b) Definitivamente:** depois de concluída a vistoria e encerrado o prazo de observação, que não poderá exceder 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais e conseqüente aceitação;

c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual;

4.3.2. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os equipamentos e/ou materiais foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação;

4.3.3. A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório à Ordem de Fornecimento e/ou distintos dos ofertados, ou qualquer outra coisa que estiver em desacordo com o disposto neste instrumento e seus anexos;

4.3.4. Se o fornecedor vencedor tiver comprovadamente dificuldades para entregar os equipamentos e/ou materiais, dentro do prazo estabelecido, não sofrerá multa, caso informe oficialmente com antecedência de mínimo 03 (três) dias úteis, antes de esgotado o prazo inicialmente previsto, apresentando justificativa

circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada ao Secretário de Estado da Saúde que, por sua vez, decidirá a possibilidade de prorrogação do prazo, ou determinará a cominação das multas cabíveis, que ocorrerá a partir da efetiva notificação;

4.3.5. Depois de esgotado o(s) prazo(s) concedido(s), esta SESAU/RO aplicará a multa por atraso na entrega de 0,5% ao dia até o limite de 10% sobre o valor empenhado e, entendendo necessário, aplicará as sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, art. 86 a 88;

#### **4.4. Condições de recebimento:**

4.4.1. Os equipamentos e materiais permanentes deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas e demais disposições constantes neste Termo de Referência, não sendo permitido à Comissão recebê-los fora das especificações pré-definidas.

4.4.2. O objeto deverá ser indiscutivelmente **novo e sem uso**. Não serão aceitos equipamentos e materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de reciclagem e/ou recondicionamento e ainda, os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

#### **4.5. Local de Destinação e Utilização dos Bens:**

4.5.1. Os equipamentos e materiais permanentes, objeto deste termo de referência serão utilizados para atender a necessidade dos setores do Hospital Regional de Cacoal - HRC, Avenida Malaquita, nº 3.581 - Bairro Josino Brito, CEP 76.960-970, Cacoal/RO.

4.5.2. O quantitativo estimado e distribuído por setores, conforme o **Anexo II** deste Termo de Referência está de acordo com a Proposta nº 00733.062000/1160-06 do Ministério da Saúde.

#### **4.6. Metodologia de Cálculo / Definição dos Quantitativos**

4.6.1. A metodologia de cálculo dos quantitativos estimados tomou-se por base a proposta de aquisição de equipamentos e material permanente aprovada pelo Ministério da Saúde, proposta nº 00733.062000/1160-06.

4.6.2. A definição dos quantitativos demonstrados no Anexo I, bem como distribuídos nos setores conforme **Anexo II** do presente Termo de Referência, deu-se em função da necessidade de utilização do material pelos setores do Hospital Regional de Cacoal - HRC, de acordo com a proposta do Ministério da Saúde - MS.

4.6.3. Os equipamentos relacionados irão ampliar a oferta de serviços, principalmente nas cirurgias de alta complexidade em centro cirúrgico, contribuindo na qualidade do serviço prestado, visando agilidade na recuperação do paciente, diminuindo os dias de internação e, consequentemente, o aumento na rotatividade e oferta de leitos disponíveis para atendimento à população daquela região.

### **5. DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento deverá ser efetuado em parcela única mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em 02 (duas) vias, pela CONTRATADA, devendo conter no corpo da mesma:

- a) a descrição do objeto;
- b) informações Nº de série/Lote e Modelo do equipamento entregue;
- c) o número do Contrato e número da Conta Bancária da empresa vencedora do certame licitatório.

5.2. No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão da documentação, a Administração Pública poderá pagar a parcela incontroversa no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de representar para cobrança, as partes controversas com devidas justificativas. Nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.4. O prazo para pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada pela Administração será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

5.5. Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à(s) empresa(s) contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade a inadimplência contratual.

5.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5.7. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.

5.8. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

5.9. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.10. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

5.11. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada.

5.12. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, com o **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**, e **Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN**, **Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal**, **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos. As certidões também podem ser as Positivas com Efeito de Negativa.

## 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa em tela ocorrerá neste exercício por meio da seguinte programação orçamentária:

- Fonte de Recurso: **3209** - Recursos do SUS
- Projeto Atividade: **10.122.2070.1615** - Equipar as Unidades de Saúde
- Elemento de Despesas: **44.90.52** - Equipamentos e Material Permanente

## 7. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

7.1. O valor estimado da despesa será determinado pela pesquisa de preços, feita pela Gerência de Pesquisas e Cotações de Preços/GEPEAP da Superintendência de Licitações SUPEL/RO.

## 8. DAS SANÇÕES:

Centro Político Administrativo Palácio Rio Madeira – Edifício Pacaás Novos(edifício central), no 2º piso, Avenida Farquar – Bairro: Pedrinhas, em Porto Velho/ROCEP: 76.801-470, Telefone: (0XX) 69.3212-9265 ou 69.3212-9268 e-mail: sigma.supel@gmail.com

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida do instrumento contratual.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida do instrumento contratual.

A licitante, adjudicatária ou CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF e no CAGEFOR.

A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da CONTRATADA, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentação de documentação falsa;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	06	4,0% por dia



2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso	06	4,0% por dia
3.	Recusar-se a entregar os bens determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado	04	1,6% por dia
4.	Realizar entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar	02	0,4% por dia
5.	Fornecer informação pérfida quanto ao objeto ou substituição de material	02	0,4% por dia
6.	Efetuar reposição de equipamentos danificados, por motivo e por dia;	04	1,6% por dia
7.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
8.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
9.	Iniciar a entrega dos materiais permanentes nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos no Termo de Referência; por ocorrência.	02	0,4% por dia
10.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
11.	Fornecer suporte técnico à Contratante, por ocorrência e por dia.	01	0,2% por dia

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

### 9.1. Obrigações da Contratante:

9.1.2. Efetuar o pagamento à Contratada, bem como atestar, através de comissão de servidores, as Notas Fiscais relativas à efetiva entrega dos equipamentos e materiais permanentes.

9.1.3. Rejeitar no todo ou em parte, os equipamentos e materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

9.1.4. Aplicar à Contratada as penalidades previstas, quando for o caso.

9.1.5. Devolver o material caso não esteja dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, ficando a contratada sujeita às sanções.

### 9.2. Obrigações da Contratada:

Centro Político Administrativo Palácio Rio Madeira – Edifício Pacaás Novos(edifício central), no 2º piso, Avenida Farquar – Bairro: Pedrinhas, em Porto Velho/ROCEP: 76.801-470, Telefone: (0XX) 69.3212-9265 ou 69.3212-9268 e-mail: sigma.supel@gmail.com



9.2.1 Além das obrigações exigidas na Lei nº 8.666/93, deverá:

9.2.2. Cumprir fielmente as normas estabelecidas neste Termo de Referência, de forma que os equipamentos sejam entregues em perfeito estado e condições, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

9.2.3. Fornecer os equipamentos rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na sua proposta.

9.2.4. Obedecidos aos critérios e padrões de qualidade pré-determinados; deverá ser observado o critério definido pela Secretaria de Estado da Saúde, para a entrega do objeto.

9.2.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas no todo ou em parte, o objeto em que se encontrarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, transporte, instalação ou de equipamentos empregados, mesmo após de ter sido recebido definitivamente.

9.2.6. A Contratada deverá responsabilizar-se pela garantia total (12 meses) dos equipamentos dentro do prazo de validade da mesma, contados a partir da data de entrega definitiva dos equipamentos.

9.2.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à Administração Pública, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.

9.2.8. Nos preços ofertados deverão estar incluso todos os impostos, taxas, fretes e demais custos provenientes da entrega do material, objeto deste termo de referência, não devendo a CONTRATANTE em nenhuma hipótese ser cobrada por eventuais acréscimos nos fretes ou tarifas, impostos, taxas e demais custos.

9.2.9 Utilizar, em todas as fases, fornecimento e instalação do equipamento, ferramentas, materiais e mão-de-obra qualificada.

9.2.10 Manter limpas as áreas onde serão executados os serviços de instalação do equipamento; Responsabilizar-se pelos materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços de instalação dos equipamentos, não cabendo a Unidade de Saúde quaisquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer.

9.2.11. Apresentar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento do objeto da aquisição.

9.2.12. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas, decorrentes de danos seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigida por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.

9.2.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **10. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

10.1. A assistência técnica dos equipamentos será sem ônus para SESA, durante o período de garantia.

10.2. O atendimento técnico deverá ocorrer nos dias úteis (segunda-feira a sexta- feira) de 07:30 às 13:30 horas.

10.3. A licitante vencedora prestará manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, se necessário, durante o período de garantia, ou indicará oficina especializada e autorizada para a prestação de garantia, citando nome, endereço, responsável técnico, etc. sem ônus para SESA.

10.4. No caso de indicação de oficina especializada, a licitante vencedora deverá apresentar, para aprovação:

10.5. Cópia autenticada do alvará de licença de funcionamento e localização da oficina;

10.6. Cópia autenticada do contrato social da oficina especializada;

10.7. Comprovação de existir responsável técnico (sócio ou empregado) pelos serviços prestados;

10.8. O estabelecimento indicado para prestações dos serviços de manutenção durante o período de garantia, deverá esta sediado na região de Rondônia ou que garanta atendimento em 24 horas.

## **11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### 11.1 Atestado de Capacidade Técnica:

Apresentação de pelo menos um **atestado(os)** e/ou declaração(ões) de **capacidade técnica**, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em **características e quantidade** com o objeto da licitação, conforme delimitado abaixo:

a.1.) Entende-se por pertinente e compatível em **características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, contempla entrega de produtos **condizentes com o objeto desta licitação**.

a.2.) Entende-se por pertinente e compatível em **quantidade** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma comprove que a empresa licitante entregou **no mínimo 30% (trinta por cento) dos itens em que a empresa apresentar proposta**.

a.3.) O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da **descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor**.

a.4.) Sendo o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito privado dever ter firma do emitente reconhecida em cartório competente; o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente. (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

a.5.) E, na ausência dos dados indicados acima em especial do reconhecimento de firma em cartório competente, antecipa-se a diligência prevista no art. 43, § 3º da Lei Federal 8.666/93 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam: notas fiscais de compra e venda, cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

## 12. DA TRANSPARÊNCIA

É vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da empresa vencedora.

## 13. DAS PROPOSTAS

13.1 No julgamento das propostas será considerado o critério menor preço por item, conforme SAMS em anexo. Permitindo assim a ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração.

13.2 Na(s) proposta(s) deverá(ão) constar o preço unitário e total, expressos e moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas/custos com materiais, ferramentas, mão de obra, impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

13.3 As empresas deverão fornecer **folders, encartes, folhetos técnicos ou catálogos dos materiais ofertados**, onde constem as características dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens.

13.4 A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentar a **cópia da Publicação no Diário Oficial da União do Registro do Produto na ANVISA**, observando-se a validade. Contudo, existem produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, cadastrados, sendo publicada no **Diário**

**Oficial da União a Dispensa de Registro** destes produtos, devendo ser apresentada **cópia desta Publicação** (conforme item 3.2, pág. 14, Vigilância Sanitária e Licitação Pública). **Os equipamentos que não necessitem de registro nem cadastro, a empresa deverá justificar e comprovar a isenção de registro ou cadastro.**

#### **14. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

14.1 Os produtos ofertados pela CONTRATADA deverão, no que couber, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

14.2 A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do artigo 65, Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta, diante de necessidade comprovada da Administração.

14.3 Todas as comunicações relativas a este Termo de Referência serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, fax, meio eletrônico.

14.4 Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência.

14.5 Qualquer tolerância da Administração Pública quanto a eventuais infrações não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

14.6 Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, e a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

14.7 Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

14.8 A contratada deverá submeter-se às normas do Decreto nº 21.264 de 20 de setembro de 2016 que dispõe sobre a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável no âmbito do Estado de Rondônia.

14.9 A Superintendência Estadual de Licitações poderá aplicar o disposto no Decreto nº 21.675 de 03 de Março de 2017, no condizente as cotas das Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, apenas aos itens: 04 ao 12, 16 ao 20, 22, 24, 26 ao 29, 32 e 34 ao 50, **afastando tal aplicação** aos itens: 01, 02, 03, 13, 14, 15, 21, 23, 25, 30, 31 e 33), considerando se tratar de equipamentos hospitalares, cujo fornecimento é realizado por empresas de grande porte.

#### **15. DOS ANEXOS**

15.1 Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Especificação Técnica e Quantidade Estimada do Objeto

**ANEXO II** - Distribuição dos Equipamentos e Materiais Permanentes nos Setores da Unidade

Solicitação e Aquisição de Materiais/Serviços - SAMS

**ANEXO II – do Edital****QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
1	<b>Mamógrafo Digital</b> - Composto por gerador de alta tensão, estativa com braço giratório acoplado ao conjunto de tubo de raios-x, dispositivo de compressão de mama, painel de controle e proteção radiológica para o operador; estereotaxia; PREPARADO PARA TOMOSSÍNTESE; Estação de aquisição e estação diagnóstica. APLICAÇÃO BÁSICA: Equipamento utilizado para gerar imagem digital para mamografia de pacientes para fins de diagnóstico E BIÓPSIAS através do uso de radiação ionizante, sem uso de filme radiológico ou detector eletrônico do tipo flat panel (sistema CR). CARACTERÍSTICAS GERAIS DISPOSITIVO DE COMPRESSÃO: Controle eletrônico por meio de pedais e/ou botões, proporcionando compressão motorizada com indicação de força de compressão e da espessura da mama comprimida; controle eletrônico PRÉ SELEÇÃO de limite de força aplicada; possibilidade de acionamento/desacionamento da compressão por meio manual; compatível com placa de compressão. TUBO DE RAIOS-X: Tubo com anodo giratório, com capacidade térmica de anodo mínima de 160khu; dotado de no mínimo dois pontos focais de tamanho aproximados 0.3 e 0.1 mm; Distância fonte imagem de 65 cm +/- 10%; dotado de proteção de sobreaquecimento; MAGNIFICAÇÃO DE 1,5 E 1,8. COLIMAÇÃO: Com filtros de espessura de 0.03 mm de mo e 0.03 mm de ródio aproximadamente, para a técnica de alto kv; colimador ILUMINADO interno; baixa filtração inerente; seleção automática de diafragma interno; AEC: Sistema de controle de exposição automática; estação de controle com indicação digital para os parâmetros de raios-x e controle de dados do paciente; deverá permitir a seleção entre técnica manual e automática; permitir a seleção de kv e de mas; permitir a visualização de códigos de erro; permitir a calibração do equipamento; exposição nos modos manual, semi-automático, automático; Painel de comando contendo os controles mais utilizados pelo radiologista. ESTAÇÃO DE AQUISIÇÃO E CONTROLE: Estação de aquisição e de controle integrada, com indicação digital para os parâmetros de raios-x e controle de dados do paciente; comunicação com a estação de diagnóstico e impressora por dicom 3.0 storage (send/retrieve), query, retrieve, worklist, storagecommitment, basicgreys, print, verification, mpps; permitir a seleção de kv e de mas; permitir a visualização de códigos de erro; permitir a calibração do equipamento; exposição nos modos manual, semi-automático, automático. ESTAÇÃO DE DIAGNOSTICO: Conectada a estação de aquisição para recebimento e processamento de imagem, com recurso de envio para a rede pacs; comunicação com a estação de aquisição, pacs e impressora por dicom 3.0 storage (send/retrieve), query, retrieve, worklist, storagecommitment, basicgreys, print, verification, mpps; composta de dois monitores de 5 mpixel cada; pelo menos 1024 tons de cinza, teclado com ergonomia de fácil utilização contendo os controles mais utilizados pelo radiologista, disco com capacidade maior que 500 gb e unidade de gravação dvd; software de processamento de imagem com os recursos de manipulação dos parâmetros de imagem e capaz de receber imagem de outro equipamento compatível com o dicom 3.0 através de uma rede ethernet; apresentação das imagens com ajustes de brilho, contraste, magnificação, anotações, e medidas como distância, ângulo, comprimento, comparação com imagens anteriores, densidade entre outras. PROTEÇÃO RADIOLÓGICA DO OPERADOR: O equipamento de ser fornecido com o console protegido por biombo em vidro com no mínimo 0,3 mmpb (chumbo equivalente) em tamanho suficiente para proteção de	UNID	01	R\$ 893.864,42	R\$ 893.864,42

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
	<p>todo o corpo do operador, podendo o gerador integrar a proteção radiológica desde que forneça a proteção equivalente superior ao valor supracitado; Estativa composta de conjunto de tubo de raios-x e detector, sistema de compressão com todos os movimentos motorizados; grade e superfície de apoio a mama; movimento vertical e de rotação. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: Tensão de alimentação: 220/380 vac ou sistema; Frequência de alimentação: 60 hz; Gerador de alta tensão: gerador de alta frequência compatível com o tubo de raio x; faixa de tensão para tubo de raios-X, contida no intervalo de 20kv a 35kv, ajustável de 2 em 2kv no máximo; faixa compreendida no intervalo de 3 mas a 500 mas, no mínimo. ACESSÓRIOS: Fornecimento de todos os cabos, conectores, acessórios, indispensáveis ao funcionamento solicitado; placa de compressão e magnificações compatível; phantoms necessários para calibração e teste do equipamento; o equipamento deverá estar com dispositivo de estereotaxia; pá de compressão de 24x30 cm, pá para compressão localizada, pá para detalhes e pá perfurada para biópsia. Incluindo toda montagem e infra necessária para a perfeita instalação, treinamento inclusos.</p>				
2	<p><b>DR - Aparelho de Radiodiagnóstico Fixo Digital de &gt; 800 Ma</b></p> <p>Equipamento de raios-X digital, permitindo radiografias de crânio, tórax, coluna, abdômen e extremidade com as seguintes características: Conjunto Gerador: Microprocessado em alta frequência de no mínimo 20 KHz; Potência mínima de 30 kW; Variação de Tensão de no mínimo 40 a 125 kV; Corrente máxima de 800 mA; Tempo de exposição de 4 ms; Tensão de alimentação: 220 V – /60 Hz; Dispositivo de proteção contra sobrecarga e compensação automática de rede; Sistema de disparo em dois estágios; Software para detecção de falhas com indicação no display de comando; Comutação automática de foco fino ou grosso em função dos valores selecionados; Gerador em conformidade com as normas: NBRIEC 60601-1, NBR IEC 60601-2-7:2001, NBR IEC 60601-2-28:2001, NBR IEC 60601-2-32:2001, Circuitos de segurança: Sobrecarga de aquecimento no tubo, Rotação do anodo do tubo, Falha de filamento do tubo, Sobrecarga de corrente do tubo; Painel de comando: Técnica de comando de livre seleção dos parâmetros com indicação digital; Indicação de código de erros no comando; Seleção dos níveis de KV, mA por meio de teclas; Indicação luminosa para outros parâmetros; Mesa de exames: Tampo flutuante nos quatro sentidos com freios acionados por pedal; Especificações gerais: Altura do Tampo de no &gt;= 40cm; Tampo flutuante com movimentos longitudinal e transversal; Largura do tampo de no mínimo 75 cm; Comprimento do tampo de no mínimo 200cm; Deslocamento transversal do tampo de no mínimo +/- 12cm (24cm); Deslocamento longitudinal do tampo de no mínimo +/- 35cm (70cm);</p> <p>Grades com razão mínima de ; 70 linhas/pol, Peso do paciente mínimo suportado pela mesa de 150kg ESTATIVA PORTA-TUBO TIPO CHÃO/MESA OU CHÃO/TETO: Deslocamento longitudinal da estativa 130 CM, ou maior; deslocamento vertical do conjunto tubo/colimador, com variação da distância foco-filme de até 100 CM, no mínimo; deslocamento transversal do conjunto tubo/colimador com acionamento manual e bloqueio através de freios eletromagnéticos; rotação de ±90° do conjunto tubo/colimador. MURAL BUCKY: Com grade antidifusora fixa ou oscilante, com no mínimo 70 linhas/polegada; bandeja sistema dr; a altura do centro bucky ao piso deverá ser variável de 50 cm, ou mais baixo, a 120 cm, ou mais alto; distância foco filme variável de 150 cm ou maior; dotado de sistema de freio. TUBO DE RAIOS X:</p>	UNID	01	R\$ 106.976,48	R\$ 106.976,48



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
	Capacidade Térmica Do Ânodo De 150 Khu Ou Maior; Anodo Giratório PONTOS FOCALIS: Foco fino de 0,6 mm ou menor e grosso de 1,2 mm ou menor; colimador luminoso, com desligamento automático da lampada após 30 seg; detector plano dr de campo ativo com 30 x 40 cm no mínimo; matriz de no mínimo 3000 x 2000; tamanho do pixel 200 µm ou menor; sistema de imagem com capacidade de armazenamento de 10 mil imagens com dois monitores de no mínimo 19 pol matriz 1280 x 1024; compatibilidade com dicom 3.0 com, no mínimo storagecommitment, worklist/mpps, send e print; software para no mínimo receber lista e dados de exame de pacientes (his/ris) registro manual do paciente, estudos e configuração das funções. aquisição e pós processamento com programa de órgãos e parâmetros de ajuste de imagem. Faixa compressora para mesa de exames e bucky mural; suportes e manetes para paciente; devem acompanhar todas as conexões e demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do sistema. Incluindo toda montagem e infra necessária para a perfeita instalação, treinamento inclusos;				
3	<b>Impressora Dry de Filmes Radiológicos</b> -possuindo no mínimo 160 filmes/hora, devendo possuir compatibilidade com protocolo DICOM, capacidade de três tamanhos de filmes ( simultâneo ) gaveta, devendo processar mínimo as imagens (35x43 cm/ 35X35 cm/ 26X36 cm), impressão com resolução mínima 100 microns, podendo possuir menor resolução selecionável, 127 V/60hz	UNID	01	R\$ 25.929,67	R\$ 25.929,67
4	<b>Laringoscópio Adulto</b> - Kit com lâminas curvas: em aço inox, 0, 1, 2, 3 e 4, Energia através de pilha/bateria recarregável, tecnologia Fibra Óptica, incluindo pilhas/bateria recarregáveis e carregador.	UNID	20	R\$ 782,00	R\$ 15.640,00
5	<b>Laringoscópio Infantil</b> -Kit com lâminas curvas: 00, 0, 01,02,03,04,05 em aço inox, Energia através de pilha/bateria recarregável, tecnologia Fibra Óptica, incluindo pilhas/bateria recarregáveis e carregador.	UNID	20	R\$ 565,20	R\$ 11.304,00
6	<b>Esfigmomanômetro Obeso</b> - tipo aneróide, capacidade de medida de 0 a 300 mm/hg, divisão de mostrador de 2 mm/hg, com fecho de velcro, abraçadeira confeccionada em tecido antialérgico, sistema de válvula de ar com pêra e manguito fabricados com borracha sintética.	UNID	20	R\$ 98,19	R\$ 1.963,80
7	<b>Esfigmomanômetro Adulto</b> - Tipo uso adulto, tipo aneróide, componentes braçadeira com velcro, manguito, pera, válvula com rosca, capacidade medida de 0 a 300 mm/hg, características adicionais com estojo e braçadeira em nylon com fecho em velcro, aplicação medição pressão arterial.	UNID	20	R\$ 76,51	R\$ 1.530,20
8	<b>Esfigmomanômetro Infantil</b> - Tipo aneróide, componentes braçadeira NYLON com velcro, manguito, pera, válvula com rosca, capacidade medida de 0 a 300 mm/hg, características adicionais com estojo e braçadeira com fecho de velcro, aplicação medição pressão arterial.	UNID	20	R\$ 153,39	R\$ 3.067,80
9	<b>Estetoscópio Adulto</b> - Tipo uso adulto, com olivas de formato anatômicas feitas de borrachas macias e antialérgicas com dupla auscultação, conjunto em aço inox, resistente com acabamento sem rebarba.	UNID	20	R\$ 77,66	R\$ 1.553,20
10	<b>Estetoscópio Infantil</b> -Olivas em silicone transparente com acabamento sem rebarbas, conjunto biauricular em metal cromado, flexível na curvatura do tubo Y, auscultador simples, pediátrico, com diafragma de alta sensibilidade. Tubo Y em plásticos na cor preta.	UNID	20	R\$ 55,43	R\$ 1.108,60
11	<b>Lanterna Clínica</b> - de alta performance com iluminação LED de no mínimo 2,2V, Confeccionada em metal leve de alta qualidade, Alimentação através de pilhas AAA, fornecida com equipamento.	UNID	20	R\$ 26,48	R\$ 529,60
12	<b>Oftalmoscópio</b> -Monocular direto: Com no mínimo 3 aberturas, micro abertura, pequena abertura e grande abertura. Filtro	UNID	20	R\$ 788,05	R\$ 15.761,00



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
	de cobalto e abertura de fenda. Com no mínimo 19 lentes montadas em um único dispositivo. Lentes variando de no mínimo -20,0D até +20,0D. Sistema ótico selado.				
13	<b>Oftalmoscópio Binocular Indireto</b> - Equipamento a bateria, incluindo carregador 110/220 V, incluindo cabo de alimentação, equipamento com tecnologia de LED ou superior, possuindo filtros (verde e azul), com suporte de cabeça regulável, distância interpupilar entre 50 ~70 mm mínimo.	UNID	01	R\$ 5.094,98	R\$ 5.094,98
14	<b>Ultrassom Diagnóstico - Cardio/exames avançados (Ecógrafo)</b> -Aparelho de ultra-som digital, com doppler e powerdoppler colorido, de alta resolução de imagens; No mínimo de 1024 Canais de processamento digital; Mínimo 3 portas simultâneas e ativas para transdutores ofertados, sem adaptador; 256 canais de cinza para o modo 2D; Frame Rate: de aproximadamente 200 quadros/segundo; Dynamic Range aproximadamente mínimo de 170 dB; Tecnologia totalmente digital; Cine memory integral: mínimo 500 quadros modo B e modo M; Monitor de no mínimo de 17" em LCD de alta resolução; Sistema de Gerenciamento de pacientes com capacidade de armazenar imagens em HD de mínimo de 160GB; Formato de arquivo: Padrão Windows; Conexões: mínima 1 porta USB; Aplicações: Abdominal, vascular, obstetrícia, ginecologia, neonatal, urologia, transcranial, pequenas partes, mamas, renal, intra-operatório, biopsia, cardiologia, EcocardiogramaTransesofágico; Caliper e Medidas: B mode = Distância, Ângulo, Área, Elipse, Circunferência, Volume; Spectral Doppler para calculo de Velocidade, Pressão, Aceleração; M mode, calculo de Tempo, Ângulo, Distância; Medidas (cálculos): OB; tabelas Obstétricas, Doppler, Cardiologia, Ginecologia; Possibilidade de realizar de imagens em 3D freehand, pelo menos no transdutor convexo; Pré e pós processamento de imagens; Modos de operação: B mode = B, B/B; M mode: B/M, B/C/CM; Doppler: B/D, B/C/D (Triplex em tempo real); Color: B/C, B/C/D simultâneos; Doppler contínuo e pulsado incorporado ao equipamento; Doppler com PRF; Zoom em tempo real; Imagem Trapezoidal no transdutor linear; Otimização automática de linha de base escala em doppler; Cálculos automáticos e apresentação do resultado em tempo real da função doppler espectral; Imagem estendida. Estende o campo de visão da imagem; Doppler Tecidual TDI; Otimização do Doppler Espectral automático; Otimização automática da imagem 2D; Doppler direcional para detecção de baixo fluxo; Gravador de CD/DVD integrado, sem adaptações; Saída DICOM Deve acompanhar ainda: 01(um) Transdutor Convexo de aproximadamente 2 a 5Mhz; 01(um) Transdutor Linear de no mínimo 4 a 10Mhz; 01(um) Transdutor endocavitário no mínimo 4 a 9Mhz; 01(um) Transdutor Setorial aproximadamente de 2 a 4Mhz para ecocardiografia; 01(um) Sistema de nobreak 127/220 V entrada e saída, compatível com equipamento contendo: Potência Mínima 2 kVA; On-line; Forma de Onda Senoidal Pura; Proteção de Sub e Sobre Tensão de Entrada e Saída; Proteção Eletrônica de Sobrecarga e Curto-circuito; Sistema compatível com todos os grupos geradores; 01(um) Guia de biopsia para transdutor Endocavitario; 01(um) Impressora laser color compatível com equipamento; 01 (UM) Impressora Termica P/B (video/Printer) 01(um) Monitor externo para acompanhamento do paciente de no mínimo de 22;	UNID	01	R\$ 117.958,75	R\$ 117.958,75
15	<b>Projektor Oftalmológico</b> -projektor automático com controle remoto. Mascaras com linha horizontal, vertical e isolada única. Projeção vermelho-verde. Mecanismo de desligamento automático. Slide com projeção de letras. Características mínimas: distancia refrataria minima: 3 a 6 m. Distancia de projeção mínima: 2.9 a 7.1m. Tamanho da projeção: 250x250mm, f300mm. Numero de slides: 25. Fonte de energia, 220 ou ajustável. Itens inclusos: controle remoto; tela e base para fixação/apoio.	UNID	01	R\$ 8.596,67	R\$ 8.596,67

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
16	<b>Autorefrator com Ceratômetro</b> equipamento usado para medir parâmetros de hipermetropia, miopia, astigmatismo, eixo e distância pupilar, além da prescrição de correção visual, modo REF e KER refração e ceratometria, curva base de lente de contato. Possuindo faixa de medição aproximada/mínima de esférico -20 a +20 D ; cilíndrico 0 ~ ±10D; eixo: 1° ~ 180°; distância pupilar (DP) 40 ~ 85 mm; raio de curvatura: 5 ~10 mm; refração corneana: 35.00 ~ 65.50D; medida mínima da pupila 2 mm; medida da córnea 6~10 mm; possuir teca colorida de no mínimo 5", incluindo impressora térmica P/B, mesa elétrica elevação para facilitar o exame, saída de dados via RS232C e USB, banco (mocho) para médico e paciente, no-break compatível com equipamento entrada e saída bivolt.	UNID	01	R\$ 36.840,00	R\$ 36.840,00
17	<b>Bisturi Elétrico (até 165 W)</b> - Para uso em pacientes adultos e pediátricos, em cirurgias gerais. Deve funcionar nos modos bipolar e monopolar; possuir os modos de operação de corte, coagulação e misto (corte + coagulação). Para o modo monopolar, potência máxima de corte 165 w e potência máxima de coagulação 120w. Para o modo bipolar, potência máxima de saída de 80 w. Sistema de monitoração de impedância de contato para placa de paciente; ajuste de aumento e diminuição de potência de comando manual ou por teclas blindadas no painel frontal que devem ser a prova de líquidos; acionamento de corte e coagulação através de caneta comando manual, além do acionamento normal por pedal de duplo comando; acionamento do modo bipolar com pedal independente do monopolar; sinalização audiovisual com tons diferenciados em modo de corte e coagulação, permitindo a identificação da função que está sendo utilizada; ventilação natural por convecção; 03 modalidades de corte (baixo para tecidos delicados ou cirurgia laparoscópica; para corte limpo com pouca hemostasia e combinado para corte lento) independentemente da nomenclatura de cada fabricante; modalidades de coagulação: dessecção, fulguração e spray independentemente da nomenclatura de cada fabricante; 02 modalidades de bipolar: bipolar e microbipolar. Saídas de potência isoladas para os modos monopolar e bipolar; sistema de monitoração de placa paciente que bloqueie o funcionamento do equipamento na ocorrência de alguma falha na continuidade do cabo e ou conexão placa-cabo; indicador de impedância do contato da placa de paciente; alimentação elétrica em 220 volts 60hz; indicação das potências máximas de saída em cada modo de operação. Acessórios: carro de transporte com rodízios e prateleira para acessórios; 01 pedal de acionamento duplo comando a prova d'água e explosão para uso em modo unipolar; 01 pedal de acionamento simples comando; 30 placas/eletrodo de retorno descartáveis adesivas sem cabo;10 cabos para conexão de placas/eletrodos descartáveis; 04 pinça monopolar reta autoclavável; 04 cabos autoclavável para conexão da pinça monopolar;04 canetas monopolar de comando manual, reusável e autoclavável; 04 canetas monopolares reusáveis e autoclaváveis; 04 pinças bipolares reusáveis e autoclaváveis; 20 eletrodos revestidos descartáveis tipo lâmina ou similar; 20 eletrodos revestidos descartáveis tipo agulha ou similar;	UNID	01	R\$ 26.833,33	R\$ 26.833,33
18	<b>Bisturi Elétrico (a partir de 200 W)</b> -Para uso em pacientes adultos e pediátricos, em cirurgias gerais. Deve funcionar nos modos bipolar e monopolar; possuir os modos de operação de corte, coagulação e misto (corte + coagulação). Para o modo monopolar, potência máxima de corte 300 w e potência máxima de coagulação 120w. Para o modo bipolar, potência máxima de saída de 80 w. Sistema de monitoração de impedância de contato para placa de paciente; ajuste de aumento e diminuição de potência de comando manual ou por teclas blindadas no painel frontal que devem ser a prova de líquidos; acionamento de corte e coagulação através de caneta comando manual, além do acionamento normal por pedal de duplo comando; acionamento do modo bipolar com pedal independente do monopolar; sinalização audiovisual com tons diferenciados em	UNID	02	R\$ 32.516,50	R\$ 65.033,00

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL Complexo Rio  
 Madeira Edifício Central – Rio Pacaás Novos 2º Andar Porto velho, Rondônia.  
 EQUIPE SIGMA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
	modo de corte e coagulação, permitindo a identificação da função que está sendo utilizada; ventilação natural por convecção; 03 modalidades de corte (baixo para tecidos delicados ou cirurgia laparoscópica; para corte limpo com pouca hemostasia e combinado para corte lento) independentemente da nomenclatura de cada fabricante; modalidades de coagulação: dessecção, fulguração e spray independentemente da nomenclatura de cada fabricante; 02 modalidades de bipolar: bipolar e microbipolar. Saídas de potência isoladas para os modos monopolar e bipolar; sistema de monitoração de placa paciente que bloqueie o funcionamento do equipamento na ocorrência de alguma falha na continuidade do cabo e ou conexão placa-cabo; indicador de impedância do contato da placa de paciente; alimentação elétrica em 110/220 volts 60hz; indicação das potencias máximas de saída em cada modo de operação. Acessórios: carro de transporte com rodízios e prateleira para acessórios; 01 pedal de acionamento duplo comando a prova d'água e explosão para uso em modo unipolar; 01 pedal de acionamento simples comando; 30 placas/eletrodo de retorno descartáveis adesivas sem cabo;10 cabos para conexão de placas/eletrodos descartáveis; 04 pinça monopolar reta autoclavável; 04 cabos autoclavável para conexão da pinça monopolar;04 canetas monopolar de comando manual, reusável e autoclavável; 04 canetas monopolares reusáveis e autoclaváveis; 04 pinças bipolares reusáveis e autoclaváveis; 20 eletrodos revestidos descartáveis tipo lâmina ou similar; 20 eletrodos revestidos descartáveis tipo agulha ou similar;				
19	<b>Lensômetro</b> - De leitura externa com mira em cruz. e sem compensador de prisma, dioptrias: -25D / +25D, fixação da lente: 30 a 80 mm; eixo: 0 a 180º; escala de leitura: 0,125D. Equipamento deve possibilitar inclinação. Equipamento 220 V, incluindo no-break compatível com o equipamento.	UNID	01	R\$ 13.165,33	R\$ 13.165,33
20	<b>Eletrocardiógrafo</b> - Possuindo 12 canais; bateria interna recarregável; 12 derivações simultâneas; Teclado alfanumérico multi-linguagem;Isolação: ~ 4000Vrms; - Impedância de entrada: ≥50MΩ; - Resposta em frequência no intervalo: 0.10 - 130Hz; - Sensitividade: 2.5, 5.0, 10.0, 20.0mm/mV ou maior; Ajuste automático da linha de base; AC filtro: 50Hz e 60Hz; - EMC filtro: 25Hz, 35Hz; Filtro de movimento: 0.05Hz, 0.15Hz, 0.25Hz; Filtro passa-baixo: 70Hz, 100Hz, 150Hz; CMRR: ≥ 105dB; equipamento deve ser fornecido com impressora, computador para análise do exame (equipamento pode possuir monitor e teclado acoplado) ; possuindo software que possibilite pré-visualização de impressão e resultado de diagnóstico com características editáveis e função de interpretação automática da análise; possuindo capacidade de gravar e rever os últimos 50s formas de onda das 12 derivações ECG; diagrama que mostra a conectividade das 12 derivações com o paciente; Sistema inteligente de calibração de impressão; capacidade de armazenamento para mínimo 500 exames; análise de 122 tipos de arritmia; informação de uso em bateria, carga e carregamento da bateria; ganho de amplitude: 2.5mm/mV, 5mm/mV, 10mm/mV; faixa de batimentos cardíacos: 30-250bpm; Incluindo: 01 Cabo Paciente de 10 vias; 01 Cabo Terra 06 Pêras precordiais adulto; 04 Clips Adulto para extremidades, impressora carrinho de transporte.	UNID	02	R\$ 6.560,00	R\$ 13.120,00
21	<b>Biômetro Ultrassônico/ Ecobiômetro</b> - Ecobiômetro de Contato Cálculo de paquimetria e biometria ultrassônica. Impressão dos dados Características técnicas mínimas: Aquisição de mais de 2000 pontos por onda; Display contínuo com medial Axial, ACD, Lens e Vitreo; Feedback de contato e captura automáticos; Modo de imersão; Modo de captura manual e automático com ate 5 ondas por olho; Tipos de olhos e velocidades predefinidos para as situações mais comuns: Phakic, pseudo- Phakic, catarata densa, etc; Sensor, teclado, incluindo copo de imersão, e no-break compatível com equipamento	UNID	01	R\$ 38.114,00	R\$ 38.114,00
22	<b>Negatoscópiode 01 (um) Corpo</b> - Para fixação na parede, 127/220 V, utilizando tecnologia de led.	UNID	05	R\$ 317,37	R\$ 1.586,85

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
23	<b>Arco Cirúrgico</b> - para cirurgias ortopédicas, cirurgias gerais. Unidade de radiodiagnóstico móvel com Fluoroscopia. Especificação Técnica Mínima: Aplicações gerais em Ortopedia, Cirurgia Abdominal, Procedimentos neurocirúrgicos. Tensão para radiografia aproximadamente de 50 a 100 kV; Tensão para fluoroscopia de 40 a 110 kV; Colimador: Ajuste automático e manual sem a necessidade de emissão de feixe de radiação. Arco em "C" com alcance de pelo menos 61 cm; Movimento angular de no mínimo 120 °; Sistema de imagens: Captação através de câmera CCD de alta resolução de no mínimo 1024x1024 e retenção da ultima imagem fluoroscópica; armazenamento mínimo de 5000 imagens; 2 monitores de alta resolução, 17"; tipo LCD, 1 para imagem congelada e 1 para imagem em tempo real; montados em carro de transporte sobre rodas. Teclado Alfanumérico para identificação e anotação de textos sobre as imagens do paciente. DICOM (Print e Store); Processamento de imagem: Inversão de imagens, redução de ruídos, medidas de distâncias e ângulos, realce de bordas e contrastes, rotação de imagens sem raio-x, zoom 2x, roam. Arquivamento de imagem: Armazenamento auxiliar USB, mínimo 01 conexão Alimentação: Voltagem 220/380 volts; 01 No-Break compatível com o equipamento se necessário	UNID	01	R\$ 331.893,07	R\$ 331.893,07
24	<b>Fotóforo</b> -para uso em cirurgias. fonte de luz fibra óptica, tipo LED mínimo de 50.000 lux, possibilidade de regulagem de foco, luminosidade montado sobre a cinta da cabeça, deve permitir adaptação para micro câmeras ou lupas HR e HRP, cinta de cabeça profissional macia, incluindo bateria recarregável, equipamento deve possuir indicador do tempo restante de carga, incluindo carregador de bateria 220V.	UNID	05	R\$ 5.166,67	R\$ 25.833,35
25	<b>Foco Cirúrgico de Teto com Câmera de Vídeo</b> - Com duas cúpulas e com lâmpadas LED branco e controle eletrônico de intensidade que atenda as especificações e um monitor: Fixação ao teto através de haste central única e devem possuir braços articulados independentes para cada cúpula, que permita os movimentos de torção, flexão e rotação em torno da haste central; Pelo menos uma das cúpulas deverá ser provida de sistema que permita que a mesma fique a altura de 1 metro a partir do piso (altura da mesa cirúrgica) com o foco perpendicular à mesma (iluminação de cavidades); Para sustentação das cúpulas não deve ser empregado sistema de contrapesos, mas sim, sistema de freio adequado que permita que a cúpula fique estável na posição em que foi colocada; Sistema de suspensão leve, facilitando o movimento e fornecendo rápida estabilidade; Cada cúpula deverá ser dotada com sistema de iluminação por luz branca fria LED, fornecendo luz corrigida de cor próxima ao branco natural; Emprego de sistema de redução de sombra; Filtragem eficiente de raios infravermelhos e redução de radiação ultravioleta; O índice de reprodução de cores deve ser de 90 ou maior e temperatura de cor de 4200 K ou maior; As duas cúpulas deverão ter diâmetro não inferior a 500 mm. A intensidade luminosa de cada cúpula deverá ser igual ou maior do que 100.000 Lux, medidos a 1 (um) metro de distância. A iluminação do campo deve ser perfeita e isenta de sombras; Cada cúpula deve possuir sistema eletrônico de controle da intensidade luminosa disposto no próprio braço da cúpula com a utilização de teclado tipo membrana de fácil higienização e via manopla existente no centro da cúpula; Proteção do sistema eletrônico; Manopla de focalização facilmente retirável sem a utilização de ferramentas e autoclavável; Diâmetro de campo focal de ~ 210 mm, para cada uma das cúpulas; As cúpulas devem ser providas de sistema de dissipação de calor voltada para fora do campo cirúrgico, impedindo aumento de temperatura sobre o cirurgião e paciente; Características da câmera: câmera de alta definição acoplada na manopla central da cúpula; Tecnologia HD com resolução mínima de 1920x1080; Saídas de vídeo compatível com resolução; Ajuste de branco; Zoom de imagem digital. As cúpulas devem apresentar a possibilidade de serem removidas, substituídas e permitirem o acoplamento de outros componentes	UNID	01	R\$ 34.407,13	R\$ 34.407,13

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
	(monitores, câmeras no braço do foco ou com suporte independente, etc). Acompanha monitor de tecnologia LED polegadas com resolução de alta definição (1920x1080). Sistema de emergência (bateria), Alimentação 110/220v.				
26	<b>Balança Antropométrica Obesos</b> -Estrutura em chapa de aço carbono; tapete em borracha antiderrapante; capacidade para 300 kg, digital, pesagem mínima de 2 kg.	UNID	03	R\$ 1.910,00	R\$ 5.730,00
27	<b>Balança Antropométrica Adulto</b> - adulto, digital, tipo plataforma, com tapete em borracha antiderrapante, display de cristal líquido, pés reguláveis em borracha sintética, régua antropométrica com escala de 2,00m, função tecla tara, capacidade máxima 200 kg, tensão 110/220 V.	UNID	05	R\$ 1.174,09	R\$ 5.870,45
28	<b>Balança Antropométrica Infantil</b> - Digital, Capacidade de ate 30 kg, fração de 05 gramas, concha (prato) anatômica, 110/220 V	UNID	03	R\$ 739,48	R\$ 2.218,44
29	<b>Lâmpada de Fenda</b> - Com oculares 10X, 16X, sobre mesa motorizada, com no mínimo filtros azul cobalto, verde. Ajuste de Dioptria mínimo -5 a +5, ângulo de fenda de 0 a 180°, com ajuste de distância pupilar, comprimento de fenda de no mínimo 1 a 8 mm, iluminação da fenda de LED, com controle de intensidade, possuindo queixeira, possibilidade de acoplamento de câmera digital. Incluindo mesa elétrica, no-break compatível com equipamento, 127/220 V, dois bancos, paciente e médico.	UNID	01	R\$ 22.847,67	R\$ 22.847,67
30	<b>Coluna Oftalmológica</b> - Possuindo comando de Ligar e desligar o projetor, iluminação da sala (controle luminosidade), indicação de utilização no painel para oftalmoscópio e retinoscópio, , incluindo cadeira, com movimento elétrico, acionamento pela coluna. 110/220 V.	UNID	01	R\$ 5.460,00	R\$ 5.460,00
31	<b>Cadeira Oftalmológica</b> - Com regulagem elétrica dos movimentos, com regulagem de encosto, apoio de cabeça, acionamento na lateral, cadeira giratória, atingindo a posição 180°, estofamento em courvim verde "claro", movimento do encosto e perneira elétrico simultânea, acionamento no encosto ou pedal, alimentação 110/220 V.	UNID	01	R\$ 6.288,00	R\$ 6.288,00
32	<b>Mesa Ginecológica Elétrica</b> - LEITO DE CHAPA INOX confeccionado em tubo de aço, com leito em chapa de aço inox AISI 430>=0,80mm, com um par de com porta coxas em poliuretano injetado, gaveta em chapa de aço inox, para escoamento de liquido, cabeceira e peseira reguláveis através de cremalheiras.	UNID	01	R\$ 1.927,95	R\$ 1.927,95
33	<b>Cadeira Otorrinológica</b> - Com regulagem elétrica dos movimentos, com regulagem de encosto, apoio de cabeça, acionamento na lateral, cadeira giratória, atingindo a posição 180°, estofamento em courvim verde "claro", movimento do encosto e perneira elétrico simultânea, acionamento no encosto ou pedal, alimentação 110/220 V	UNID	01	R\$ 7.709,00	R\$ 7.709,00
34	<b>Carro de Emergência</b> - com dimensões aproximadas de 900 x 700 x 500 mm, com tolerância de +/- 10 % mm, construindo (estrutura) em material resistente aço inoxidável, com puxador traseiro, grade de proteção na bandeja superior, possuindo no mínimo 4 gavetas de material resistente e fácil higienização, sendo uma , a primeira, para medicamentos possuindo divisórias, Suporte de oxigênio com sistema de fixação do cilindro, suporte para desfibrilador/cardioversor, monitor, suporte de soro com ajuste de regulagem de altura sem a utilização de parafusos, tábua de massagem cardíaca em acrílico com espessura de 6 mm e com calha/régua de tomadas com capacidade de no minimo 4 4 pontos, 2P + T, com extensão de no mínimo 3 m, possuindo rodízios com sistema de travas, incluindo cilindro de oxigênio de 1 m³ com regulador de pressão com dois manômetros.	UNID	02	R\$ 2.748,46	R\$ 5.496,92
35	<b>Longarina</b> - estrutura em aço em polipropileno na cor azul, com 3 lugares.	UNID	40	R\$ 407,24	R\$ 16.289,60



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
36	<b>Cadeira</b> - estrutura em aço em polipropileno na cor azul.	UNID	75	R\$ 94,86	R\$ 7.114,50
37	<b>Escada com 2 (dois) degraus</b> - armação em tubo redondo, com 02 degraus confeccionado em chapa de aço. Pintura epóxi com tratamento anti-ferruginoso, degraus revestidos com borracha antiderrapante.	UNID	25	R\$ 84,03	R\$ 2.100,75
38	<b>Mesa de Exames</b> - Estrutura em aço, leito acolchoado, revestido em courvin verde, cabeceira reclinável, incluindo suporte de papel.	UNID	20	R\$ 1.285,56	R\$ 25.711,20
39	<b>Armário Vitrine</b> - com duas portas, em aço, possuindo laterais e visores em vidros, com no mínimo três prateleiras.	UNID	20	R\$ 1.389,70	R\$ 27.794,00
40	<b>Mesa de Escritório</b> - reta com Gaveteiro fixo para Escritório: medindo aproximadamente 1200x600x740mm (LxPxA), constituída por painéis frontal e lateral, confeccionado em aglomerado de alta densidade, revestido em laminado melamínico, com acabamento em perfil PVC, 3 gavetas.	UNID	25	R\$ 399,87	R\$ 9.996,75
41	<b>Balde a Pedal</b> - em aço inoxidável; com capacidade aproximada de 10 litros; com tampa com acionamento por pedal	UNID	24	R\$ 80,55	R\$ 1.933,20
42	<b>Mesa Auxiliar</b> - em Aço sem rodízios medidas aproximadas de 40X40X80 .	UNID	48	R\$ 732,64	R\$ 35.166,72
43	<b>Armário</b> - em aço com pintura epoxi e tratamento anti corrosivo, fechado com duas portas (c/chave) com no mínimo três prateleiras (moveis), medidas aproximadas de 1,80 x 0,90 X 0,40 m.	UNID	20	R\$ 630,46	R\$ 12.609,20
44	<b>Balde/Lixeira</b> - em aço inoxidável; com capacidade aproximada de 10 litros;	UNID	25	R\$ 71,48	R\$ 1.787,00
45	<b>Banqueta</b> - em aço inoxidável, com estofado revestida em courvin, com regulagem de altura através de assento giratório, com rodízios, capacidade de até aproximadamente 120 Kg.	UNID	05	R\$ 521,06	R\$ 2.605,30
46	<b>Mesa para Computador</b> - reta com Gaveteiro fixo para Escritório: medindo aproximadamente 1200x600x740mm (LxPxA), constituída por painéis frontal e lateral, confeccionado em aglomerado de alta densidade, revestido em laminado melamínico, com acabamento em perfil PVC, 3 gavetas.	UNID	03	R\$ 457,46	R\$ 1.372,38
47	<b>Bebedouro/Purificador Refrigerado</b> - Para garrafão de 20 Litros, com duas torneiras (gelada/natural) , com termostato para regular a temperatura. 220 V.	UNID	05	R\$ 610,76	R\$ 3.053,80
48	<b>Computador (Desktop-Avançado)-Com as características mínimas:</b> Processador deverá possuir no mínimo: Cache: 8 MB, Conjunto de instruções: 64 bits, Turbo Boost: 2.0, Número de núcleos: 4, Número de Threads: 8- Base de dados de frequência: 4 Ghz, Frequência máx. Turbo: 4.2GHz, Memória: tamanho máx. da memória: 32GB, Tipos de memória: DDR3L 1600 / DDR4 2133, Máx. de canais de memória: 2, Memória máx. Bandwidth: 34,2 GB/sou Cache L1: 8x 64KB + 64KB, L2: 8x 1MB, L3: 8MB, Controladora De Memória: Padrão suportado: DDR3, 2 canais (Dual Channel), Frequência até 1.866MHz, Frequência- Padrão: 3,1GHz, Turbo Core: até 4GHz. Memória Ram 8GB DDR3 1600MHz, expansível até 32GB; Disco Rígido (HD) de 1 TB (Um Terabyte) ou superior com velocidade mínima de 7.200RPM; Unidade gravador de DVD/RW (todos os tipos de mídias); Interface USB 2.0 e USB 3.0: integrada à placa principal (onboard), com no mínimo 2 conectores USB 3.0. Saídas: VGA/HDMI e DVI ; monitor de vídeo: Tela LED Widescreen com tecnologia LED de pelo menos 23”(1920x1080); Placa de rede: Com suporte às velocidades de 10/100/1000 bpsGigabite, full duplex e Wake-on-Lan, com conector externo do tipo RJ-45; Placa de rede Wireless Rede Sem-Fio 802.11b/g/n; Teclado padrão ABNT2 com teclas Multimídia; Mouse Óptico, Gabinete do Tipo SFF (smallformFactory) Fonte de alimentação compatível com o gabinete e placa-mãe cotados, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa-mãe, interfaces, discos rígidos, memória RAM, demais periféricos e pelo menos 01 (uma) unidade	UNID	05	R\$ 4.794,45	R\$ 23.972,25

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
	de disco rígido adicional e que implemente PFC ativo (Power FactorCorrection) rendimento mínimo de 80%. A fonte deve aceitar tensões de 110 e 220 Volts, de forma automática. Observações: Devem acompanhar o equipamento os seguintes softwares e acessórios: Sistema operacional Microsoft Windows 7 Profissional ou versão mais atual e Pacote Microsoft Office (deve acompanhar mídia/CD de instalação) e licença de uso, Software de gerenciamento inteligente do próprio fabricante do hardware, Software: Deverá acompanhar Microsoft Office Home & Business 2010 ou superior, com licença de uso e mídia de instalação. Todos os drives necessários para o pleno funcionamento do equipamento, O fabricante do equipamento deverá prover assistência técnica autorizada do fabricante na cidade de Porto Velho (devidamente comprovado);O fabricante ou a empresa que prestará a assistência técnica ao equipamento devera dispor de um numero telefônico para suporte técnico e abertura de chamados técnicos; Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web-site do fornecedor do equipamento; A empresa ou o fabricante do equipamento deverá fazer a entrega dos manuais do usuário e referência técnica contendo todas as informações sobre o produto e seus componentes, com instruções para a instalação, configuração e uso em português e/ou inglês. Garantia mínima de 12 (doze) meses, com atendimento onsite, para todos os componentes e peças.				
49	<b>Computador (Desktop-Básico) - Com as características mínimas:</b> Processador deverá possuir no mínimo: Cores: 2 núcleos, Frequência de Base: 3.90 GHz, Cache: 3MB, Velocidade Bus: 100 MHz DMI, TDP: 51W, Memória: Tipos de memória: DDR4-2133 / 2400, DDR3L- 1333/1600, Número máx. de canais de memória: 2ou Total Cache L1: 256 kB, Total Cache L2: 4 MB, CPU:- Nº de núcleos de CPU: 4, Nº de GPU Núcleos: 8, - Computação de Cores: 12 (4 CPU + GPU 8), Clock base de velocidade: 3.6 Ghz, Max Turbo 4.0 Ghz, Memória: Velocidade máxima: 2133 MHz- Interface: DDR3, Canais de memória: 2. Memória Ram 4GB DDR3 1600MHz, expansível até 32GB; Disco Rígido (HD) de 500Gb; Unidade gravador de DVD/RW (todos os tipos de mídias); Interface USB 2.0 e USB 3.0: integrada à placa principal (onboard), com no mínimo 2 conectores USB 3.0. Saídas: VGA/HDMI e DVI ; monitor de vídeo: Tela LED Widescreen com tecnologia LED de pelo menos 18,5''(1366x768); Placa de rede: Com suporte às velocidades de 10/100/1000bps Gigabit e, full duplex e Wake-on-Lan, com conector externo do tipo RJ-45;Placa de rede Wireless Rede Sem-Fio 802.11b/g/n; Teclado padrão ABNT2 com teclas Multimídia; Mouse Óptico, Gabinete do Tipo SFF (smallformFactory) Fonte de alimentação compatível com o gabinete e placa-mãe cotados, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa-mãe, interfaces, discos rígidos, memória RAM, demais periféricos e pelo menos 01 (uma) unidade de disco rígido adicional e que implemente PFC ativo (Power FactorCorrection) rendimento mínimo de 80%. A fonte deve aceitar tensões de 110 e 220 Volts, de forma automática. Observações: Devem acompanhar o equipamento os seguintes softwares e acessórios: Sistema operacional Microsoft Windows 7 Profissional ou versão mais atual e Pacote Microsoft Office (deve acompanhar mídia/CD de instalação) e licença de uso, Software de gerenciamento inteligente do próprio fabricante do hardware, Software: Deverá acompanhar Microsoft Office Home & Business 2010 ou superior, com licença de uso e mídia de instalação. Todos os drives necessários para o pleno funcionamento do equipamento, O fabricante do equipamento deverá prover assistência técnica autorizada do fabricante na cidade de Porto Velho (devidamente comprovado);O fabricante ou a empresa que prestará a assistência técnica ao equipamento devera dispor de um numero telefônico para suporte técnico e abertura de chamados técnicos; Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados	UNID	03	R\$ 2.742,08	R\$ 8.226,24

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL Complexo Rio  
Madeira Edifício Central – Rio Pacaás Novos 2º Andar Porto velho, Rondônia.  
EQUIPE SIGMA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
	devem estar disponíveis para download no web-site do fornecedor do equipamento; A empresa ou o fabricante do equipamento deverá fazer a entrega dos manuais do usuário e referência técnica contendo todas as informações sobre o produto e seus componentes, com instruções para a instalação, configuração e uso em português e/ou inglês. Garantia mínima de 12 (doze) meses, com atendimento onsite, para todos os componentes e peças.				
50	<b>Impressora Laser (Comum)</b> - Padrão de cor: Monocromático; Memória de 16 MB; Resolução de 600 x 600; Velocidade 33 PPM; Capacidade de 100 páginas; Ciclo: 25.000 páginas; Interface USB e Rede; Frente e Verso automático; o equipamento deverá suportar alimentação Bivolt automático ou acompanhado de transformador de energia 220v para 110v ou para 110v para 220v, deverá acompanhar o equipamento no mínimo (03) três Cartucho de toner compatíveis com o equipamento. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNID	03	R\$ 2.080,45	R\$ 6.241,35
TOTAL					R\$ 2.047.227,90

**ANEXO III - do Edital**

**MODELO DE CARTA PROPOSTA**

**À SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL/RO**

Prezados Senhores:

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>., nossa proposta de preços de fornecimento de (descrever o objeto resumido) -----  
-----, pelo preço global de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), nos termos do Edital e seus Anexos,  
conforme quadro abaixo:

ITEM	Especificações Mínimas	UND	QTD	MARCA/ MODELO	REGISTRO NA ANVISA	V. UNIT.	VALOR TOTAL
01	<b>Preencher de acordo anexo I do termo de referência</b>						
	<b>VALOR TOTAL</b>						

1. Prazo de validade da Proposta:(preencher)
2. Prazo de entrega: (preencher)
3. Local de entrega: (preencher)

**Observação: Havendo omissão das informações acima considerar-se-ão os prazos previstos neste edital como aceitos.**

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

(Local)....., de 2018.

.....  
(Assinatura do representante legal e carimbo)

(apresentar em papel timbrado da empresa Licitante)

**ANEXO IV**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**  
(Modelo)

Atestamos para os devidos fins que a empresa **[Razão Social da Empresa Licitante]**, inscrita no CNPJ sob o N°. **[da Empresa Licitante]**, estabelecida na **[endereço da Empresa Licitante]**, forneceu para esta empresa/Entidade **[Razão Social da Empresa Emitente do atestado]**, inscrita no CNPJ sob o N°. **[CNPJ da Empresa Emitente do atestado]**, situada no **[endereço da Empresa Emitente do atestado]**, materiais cotado(s), abaixo especificado(s), no período de (\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_):

**OBJETO ENTREGUE:** (descrever o fornecimento dos materiais/bens **que deverá ser condizentes com o objeto desta licitação.**

**VALOR TOTAL (R\$):**..... (se possível).

Atestamos ainda, que tal(is) fornecimento(s) está(ão) sendo/foi(ram) executado(s) satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante Legal da Empresa]  
RG / Cargo / Telefone





## ANEXO V

### MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/BENS, N.º \_\_\_\_\_ QUE ENTRE SI CELEBRAM, A **Secretaria de Estado da Saúde****

**E A EMPRESA \_\_\_\_\_(nome)\_\_\_\_\_** Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de 2018, a **Secretaria \_\_\_\_\_, sediada a Rua \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_,** doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, e a firma \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, estabelecida no \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, (**nacionalidade**), RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0036.001877/2017-67**, que deu origem ao **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, de nº.117/2018/SIGMA/SUPEL/RO** homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 12.205, de 02/06/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** Constitui objeto deste **CONTRATO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS/BENS**, a fim de atender as necessidades da **CONTRATANTE**, relacionados no **Edital e seus anexos, bem como na Proposta de Preços da CONTRATADA**, que passam a integrar este Instrumento como se nele transcritos estivessem.

**1.2.** Fica vinculado o presente Termo Contratual ao edital de licitação, guardada a necessária conformidade entre eles, devidamente assinados e rubricados e também: A proposta às fls. \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_, e os documentos que a integrarem e acompanharem.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**2.1. Local e horário de entrega:** conforme o **item 4.1.1 do Anexo I do edital – TR;**

**2.1.1. Local de instalação:** conforme o **item 4.1.2 do Anexo I do edital – TR;**

**2.2. Treinamento técnico:** conforme o **item 4.1.3 do Anexo I do edital – TR;**

**2.3. Da garantia:** Conforme o **item 2.3 e seus subitens do Anexo I do edital – TR;**

**2.4. Da assistência técnica:** Conforme o **item 10 e seus subitens do Anexo I do edital – TR;**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Conforme o **subitem 9.2. e seus subitens do Anexo I do edital – TR.**

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:** Conforme o **subitem 9.1. e seus subitens do Anexo I do edital – TR.**

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

**5.1** O valor do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) de acordo com os valores especificados na Proposta de preços. Os preços contratuais não serão reajustados.

**5.2** Todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais/bens, objeto do presente Contrato, correrão à conta dos recursos consignados **naFonte de Recurso: 0100, Programas de atividades:1615Elemento de Despesa 44.90.52.**

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:** Conforme o **item 5.** e seus **subitens** do **Anexo I do edital – TR.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES:** Conforme o **item 8.** e seus **subitens** do **Anexo I do edital – TR.**

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

**8.1A** vigência do Contrato será **de12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

**9.1** Os casos omissos serão resolvidos a lei federal nº 8.666/93, dos princípios gerais do direito e demais legislação aplicada, conforme art. 55, Inciso XII;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– DA RESCISÃO**

**10.1** O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

**10.2** Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

**10.2.1** decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;

**10.2.2** alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;

**10.2.3** transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato;

**10.2.4** cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;

**10.2.5** no interesse da **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento dos materiais/bens adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;

**10.2.6** no caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA– DA PUBLICAÇÃO**

**11.1** A publicação do presente Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no **prazo de 20 (vinte) dias corridos**, daquela data, correndo as despesas às expensas da **CONTRATANTE**.

**11.2 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:** A **CONTRATADA** deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1** Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

**12.2** É vedada a cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da empresa vencedora, conforme item 12. do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

**13.1** Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, decorrentes da execução deste **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**13.2** Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, as fls...à..., do Livro Especial de **CONTRATOS** de Nº..... que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, através de processo xerográfico, devidamente certificadas pela **Procuradoria Geral do Estado – PGE**

Porto Velho/RO, .....de .....de 2018.

Titular da **CONTRATANTE**

Titular da **CONTRATADA**

**Procuradoria Geral do Estado – PGE**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 117/2018/SIGMA/SUPEL/RO**

**COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E EQUIPARADAS A ME/EPP NOS LOTES/ITENS DEFINIDOS NESTE EDITAL E LOTES/ITENS COM AMPLA CONCORRÊNCIA.**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através de seus Pregoeiros e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na **Portaria Nº 018/GAB/SUPEL/2018, publicada no DOE no dia 09 de fevereiro de 2018** torna público que se encontra autorizada, a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o **Nº. 117/2018/SIGMA/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, com o Decreto Estadual nº. 12.205/06, com a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão, Lei Complementar nº. 123/06, Lei Estadual 2.414 de 18/02/2011, Decreto Estadual 16.089/11, **Decreto Estadual nº 21.675/17** e demais legislações vigentes pertinentes ao objeto.

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.:0036.001877/2017-67**

**OBJETO:** Aquisição de material permanente (equipamentos, mobiliário, equipamentos de informática e outros artigos hospitalares - **mamógrafo digital, impressora dry de filmes radiológicos, lanterna clínica, projeto oftalmológico, fotóforo, lâmpada de fenda, longarina, impressora laser entre outros**) visando atender as necessidades do Hospital Regional de Cacoal - HRC, de acordo com os critérios pré-estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

**FONTE DE RECURSO:3209**

**PROJETO ATIVIDADE:1615**

**ELEMENTO DE DESPESA:44.90.52**

**VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO: R\$ 2.047.227,90**

**DATA DE ABERTURA:22/05/2018 às 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br);

**UASG: 925373**

---

O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site [www.supel.ro.gov.br](http://www.supel.ro.gov.br).

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio designados, na Superintendência Estadual de Compras e Licitações, sito ao Centro Político Administrativo Palácio Rio Madeira – Edifício Central – Rio Pacaás Novos no 2º piso, Avenida Farquar – Bairro: Pedrinhas, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470, Telefone: (0XX) 69.3212-9265 ou 3212-9268.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**Porto Velho/RO, 27 de abril de 2018.**

**NILSEIA KETES COSTA**  
**Pregoeira Equipe SIGMA/SUPEL/RO**  
**Mat. 300061141**